



12 DE JUNHO DE 2018

Terça-feira

- MINISTÉRIO DO TRABALHO ANULA PARECER QUE AVALIZAVA IMPOSTO SINDICAL
- MINISTRO DO PLANEJAMENTO DIZ QUE CONTA COM APROVAÇÃO DE REFORMAS MICRO
- PLANEJAMENTO PREVÊ QUE, SEM REFORMAS, PAÍS SÓ DEIXARÁ DE REGISTRAR DÉFICIT EM 2025
- BRASIL PRECISA SEGUIR COM AGENDA DE REFORMAS ESTRUTURANTES, DIZ PADILHA
- SEM REFORMAS, DÓLAR VAI DISPARAR NOVAMENTE
- SEM REFORMAS PARA SOLVÊNCIA DO ESTADO, NÃO TEMOS PARA ONDE IR, DIZ LOZARDO
- PRESIDENTE DO IBGE CONFIRMA IMPACTO NEGATIVO DA GREVE DOS CAMINHONEIROS NA PRODUÇÃO DO PAÍS
- MINISTRO DA FAZENDA SE REÚNE COM FIESP E SINDICATOS DA INDÚSTRIA
- FIESP DISCUTIU TABELAMENTO DE FRETE E FIM DO REINTEGRA COM GUARDIA
- ANUT: COM INDEFINIÇÃO DO FRETE, EMPRESAS ESTÃO ATRASANDO EMBARQUES
- EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS DEVEM CAIR 2% EM 2018, DIZ BC
- PIB DEVE CAIR COM PARALISAÇÃO DE CAMINHONEIROS, DIZ PRESIDENTE DA FIESP
- PRÓXIMA REVISÃO DO PIB PODE SER PARA BAIXO, ADMITE MINISTRO DA FAZENDA
- CAMEX: CRÉDITO A EXPORTAÇÃO TEM QUESTÕES DE POLÍTICA DE ESTADO
- AGENDA DE REGULAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES SERÁ DIVULGADA PELA CAMEX EM JULHO

- AÉREAS REPORTAM CRESCIMENTO DA DEMANDA EM MAIO, MESMO COM IMPACTOS DA GREVE
- FIRJAN PEDE A TEMER ADIAR PAGAMENTO DE IMPOSTO EM 15 DIAS POR CONTA DA GREVE
- ENTENDER O PAPEL DA CHINA NO MUNDO É ESTRATÉGICO PARA BRASIL, DIZEM DEBATEDORES
- EMPREGADOS DA ELETROBRAS DECIDEM MANTER GREVE ATÉ AMANHÃ
- GREVE DA ELETROBRAS PEDE SAÍDA DO PRESIDENTE
- INADIMPLÊNCIA CRESCE PELO SEGUNDO MÊS SEGUIDO
- MESMO COM CALOTE ZERO, CUSTO DO CRÉDITO CORRESPONDERIA A MAIS DA METADE DO ATUAL
- PARANÁ LIDERA O RANKING DE FAMÍLIAS ENDIVIDADAS, DIZ PESQUISA
- 'A INFLAÇÃO NÃO FICARIA ABAIXO DE 3% PARA SEMPRE', DIZ PRESIDENTE DO BC
- RISCO-BRASIL SOBE 76% EM TRÊS MESES
- BOA VISTA SCPC: MUDANÇAS NAS REGRAS DO CHEQUE ESPECIAL TENDEM A REDUZIR JUROS
- IPCA TERÁ PESO DE ITENS ALTERADOS EM MEADOS DE 2019, DIZ PRESIDENTE DO IBGE
- ILAN: COPOM LEVARÁ EM CONTA IMPACTO DE CHOQUES OCORRE POR EFEITOS SECUNDÁRIOS
- IBRE/FGV: PIORA DO PRÊMIO DE RISCO DO BRASIL SE DEVE A FATORES DOMÉSTICOS
- BC ELEVAR JURO PARA CONTER DÓLAR PARECE FORA DA RACIONALIDADE, DIZ SAMUEL PESSÔA
- COM 5ª QUEDA CONSECUTIVA, BOLSA ACUMULA PERDAS DE 8%
- GOVERNO ADIA PARA JULHO PLANO PARA REDUZIR CUSTO COM SUBSÍDIOS NA CONTA DE LUZ
- CONSTRUTORAS BUSCAM RETOMAR EXPANSÃO
- SNIC: APÓS GREVE, INDÚSTRIA DO CIMENTO PASSA A PREVER QUEDA NAS VENDAS ANUAIS
- VENDAS DE CIMENTO NO BRASIL CAEM 20% EM MAIO E SETOR PIORA PROJEÇÃO PARA 2018
- CAMINHONEIROS DISCUTEM PROPOSTA APRESENTADA PELA ÁREA TÉCNICA, DIZ ANTT

- ALEMANHA MANDA RECOLHER 238 MIL CARROS DA MERCEDES-BENZ POR MASCARAR POLUENTES
- BMW COMEÇARÁ A PRODUZIR O 1º VEÍCULO SEMIAUTÔNOMO DO PAÍS
- COM DÓLAR ALTO, GM AUMENTA PREÇOS E DEVE SER SEGUIDA POR OUTRAS MONTADORAS
- FORD FAZ RECALL POR RISCO DE VOLANTE DO FUSION DESPRENDER
- CBIC: PREÇOS DO CIMENTO E DO AÇO SUBIRAM NOS ÚLTIMOS DIAS POR COMBUSTÍVEL E FRETE
- LOCADORA AINDA PUXA VENDAS DE MONTADORAS
- RETER TALENTOS É DESAFIO PARA FABRICANTES DE AUTOPEÇAS
- GERDAU MUDA DIANTE DE CENÁRIO DESAFIADOR
- CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO É ESSENCIAL PARA PROFISSIONAIS E EMPRESAS
- QUEST PROJETA VENDAS DE 2,9 MILHÕES DE VEÍCULOS SÓ EM 2020
- SEMINÁRIO BILATERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E INVESTIMENTO PARAGUAI - PARANÁ

CÂMBIO		
EM 12/06/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,678	3,679
Euro	4,337	4,338

Fonte: BACEN

Ministério do Trabalho anula parecer que avalizava imposto sindical

12/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 11-06-2018)

Nota técnica defendia cobrança de todos os trabalhadores após aprovação em assembleia



Protesto de centrais sindicais contra a reforma trabalhista - Joel Silva - 11.nov.2018/Folhapress

Sob novo comando, a Secretaria de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho (MTE), voltou atrás e anulou a nota técnica em que defendia a cobrança do imposto sindical de todos os trabalhadores de uma categoria após a aprovação em assembleia.

O despacho do secretário Eduardo Anastasi foi publicado no DOU (Diário Oficial da União) de 1º de junho e torna sem efeito a Nota Técnica nº 2/2018.

A contribuição passou a ser voluntária com a reforma trabalhista, em vigor desde novembro. Pelo entendimento da nova lei, o imposto só pode ser cobrado do trabalhador que der autorização prévia e expressa para o recolhimento.

A nota de março, assinada pelo então secretário Carlos Cavalcante Lacerda, no entanto, defendia a cobrança do imposto sindical de todos os trabalhadores de uma categoria após a aprovação em assembleia.

"Sem a contribuição, pequenos sindicatos não vão sobreviver. A nota pode ser usada para os sindicatos embasarem o entendimento de que a assembleia é soberana", afirmou Lacerda à **Folha** na época, relatando que mais de 80 sindicatos solicitaram a manifestação da secretaria sobre o assunto.

Após a emissão da nota, Lacerda foi exonerado do cargo. À **Folha**, disse que já havia solicitado a exoneração para concorrer como deputado federal nas eleições de outubro. Lacerda é ligado à Força Sindical e filiado ao Solidariedade, partido do deputado federal Paulinho da Força (SD-SP).

"Com a publicação do despacho de sexta-feira, o Ministério do Trabalho confirma a posição de que o desconto da contribuição depende da autorização de cada trabalhador, conforme previsto no inciso XXVI do artigo 611-B da CLT.

O artigo trata de direitos do trabalhador que não podem ser tirados ou reduzidos por meio de assembleia de categoria, incluindo o de 'não sofrer, sem sua expressa e prévia anuência, qualquer cobrança ou desconto salarial estabelecidos em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho'", escreveu o MTE em nota.

O TST (Tribunal Superior do Trabalho) proibiu o desconto do imposto sindical de trabalhadores ao reverter decisões de instâncias inferiores a favor do recolhimento do tributo sem a autorização do empregado.

Até 16 de maio, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho havia atendido, em caráter provisório (liminar), a 33 pedidos de empresas para suspender efeitos de decisões que as obrigavam a recolher a contribuição para os sindicatos.

Também em maio, o vice-presidente do TST, Renato de Lacerda Paiva, aceitou um acordo que previa o recolhimento de contribuição sindical equivalente a meio dia de trabalho dos empregados.

Chamada de "cota negociada", a arrecadação foi prevista no acordo coletivo negociado entre o Stefem (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins) e a gigante mineradora Vale.

"Existe uma série de precedentes no TST com o entendimento de que qualquer contribuição estabelecida no âmbito de assembleia só seria obrigatória para empregados filiados ao sindicato, até como uma forma de defender a liberdade de associação. No entanto, já começam a surgir alguns posicionamentos na Justiça do Trabalho e no Ministério Público do Trabalho divergentes, ou seja, a matéria volta a se tornar controversa", avalia o advogado Roberto Baronian, do Granadeiro Guimarães Advogados.

A ministra Cármen Lúcia marcou julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a constitucionalidade da contribuição sindical para 28 de junho, uma quinta-feira.

"O STF vai decidir sobre a validade formal da lei. Se disser que é inconstitucional, volta a regra anterior de contribuição obrigatória. Se entender que é constitucional, então será preciso decidir sobre essa questão da abrangência da assembleia, mas isso vai levar um tempo, até chegar a tribunais superiores", diz Baronian.

João Carlos Gonçalves, o Juruna, secretário-geral da Força Sindical, afirma que a contribuição tem sua própria legislação "e que está na mão do [ministro do STF Edson] Fachin para ser avaliada." Ele se refere às ADIs (ações diretas de inconstitucionalidade) ajuizadas contra a contribuição sindical voluntária, das quais Fachin é relator.

Em despacho publicado no fim de maio, o ministro afirmou que o fim do imposto sindical obrigatório é "grave e repercute, negativamente, na esfera jurídica dos trabalhadores".

A maior parte do movimento sindical, no entanto, diz Juruna, quer a regulamentação da contribuição assistencial, que é definida em assembleia e inscrita na convenção coletiva. "Essa é, em termos de valor no orçamento de cada sindicato, muito mais prioritária", afirma.

Ministro do Planejamento diz que conta com aprovação de reformas micro

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-06-2018)

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, reconheceu nesta segunda-feira, 11, que o ano eleitoral torna mais difícil a aprovação de projetos econômicos no Congresso Nacional, mas demonstrou otimismo em relação ao andamento de iniciativas que fazem parte da agenda microeconômica do governo.

"Eu conto muito com as reformas, temos grande oportunidade para crescer e nos desenvolvermos. Temos dificuldade, é ano natural de ter dificuldade, é ano de eleição, mas conto com a aprovação de reformas microeconômicas, como cadastro positivo, duplicata eletrônica, a nova lei de licitações, o relacionamento Banco Central-Tesouro Nacional", disse Colnago.

Planejamento prevê que, sem reformas, país só deixará de registrar déficit em 2025

12/06/2018 – Fonte: G1 (publicado em 11-06-2018)

Cenário com aprovação de 'algumas' reformas até o 1º semestre de 2019, permitiria superar déficit em 2021. Última vez que contas públicas tiveram superávit (receita maior que a despesa) foi em 2013.

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, afirmou nesta segunda-feira (11) que, sem a aprovação de reformas estruturais, como a da Previdência, o Brasil só voltará a ter superávit primário a partir de 2025.

Colnago fez a afirmação durante evento de lançamento da consulta pública para formulação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O documento pretende dar diretrizes para as ações do governo nos próximos 12 anos com os objetivos de aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) per capita e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

De acordo com dados do Planejamento, a última vez em que o país teve superávit foi em 2013 (R\$ 76,993 bilhões). O superávit primário é registrado quando as receitas do governo superam as despesas. Quando o saldo é negativo, isto é, os gastos são maiores que arrecadação, há déficit. Esse conceito não leva em consideração o que o governo ainda precisa desembolsar para pagar a dívida pública.

Segundo o ministro, em um cenário sem as reformas, o crescimento econômico do país ficará abaixo do potencial nos próximos anos.

“Se nós olharmos e supormos que não serão adotadas as medidas necessárias para garantir a solvência das contas públicas no médio prazo, nós teríamos uma redução do nosso crescimento, abaixo do Produto [Interno Bruto, o PIB] potencial. O que nos levaria, conforme as nossas simulações, a só revertermos o déficit primário a partir de 2025”, disse Colnago.

Nesse cenário, Esteves Colnago afirmou que a economia cresceria, em média, 1,3% ao ano entre 2021 e 2031, e a dívida pública alcançaria 96,2% do PIB ao final deste período. Ele defendeu a aprovação de reformas para reduzir as despesas obrigatórias da União.

“Serão necessárias medidas para reduzir o peso das despesas obrigatórias no total das despesas públicas, especialmente as relacionadas com benefícios previdenciários e assistenciais, que são a principal despesa primária. Além de uma reforma administrativa ajustando o peso da despesa de pessoal, que é a nossa segunda maior despesa”, afirmou o ministro.

Colnago declarou que, embora possível, o governo não considera esse como o cenário básico para os próximos anos. “Não contamos com esse cenário como base. Acreditamos que o próximo governo adotará as reformas”, disse.

Outros cenários

Aprovação de 'algumas' reformas - O cenário com o qual governo trabalha considera a aprovação até o primeiro semestre do próximo ano de “algumas reformas estruturantes que viabilizam o equilíbrio fiscal de longo prazo”.

Isso, segundo o Planejamento, possibilitaria a reversão do “rombo” nas contas públicas em 2023.

Nessa hipótese, o PIB teria um crescimento médio de 2,3% ao ano e a dívida bruta seria de 73,6% em 2031.

Aprovação de todas as reformas - Caso todas as reformas estruturantes e microeconômicas sejam aprovadas até o primeiro semestre de 2019, o Ministério do Planejamento prevê superávit primário já a partir de 2021.

Nesse cenário, o crescimento anual médio seria de 3,86% e a dívida bruta cairia a 34% em 2031.

“Entendemos que esse é o caminho a ser seguido, de adoção de reformas microeconômicas que melhorem o ambiente produtivo do nosso país, que melhorem a capacidade e a segurança de investimento por parte da iniciativa privada e que, obviamente, garanta a solvência das contas públicas”, declarou Esteves Colnago.

Brasil precisa seguir com agenda de reformas estruturantes, diz Padilha

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-06-2018)

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, defendeu, nesta segunda-feira, 11, a continuidade da agenda de reformas, durante o lançamento da consulta pública da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O documento mostra que, sem a aprovação de mudanças estruturais, sobretudo na Previdência, o crescimento do País ficará abaixo do potencial até 2031 e a dívida bruta do governo brasileiro ficará ainda maior.

“Precisamos manter o processo de ajuste nas contas públicas, iniciado neste governo com o teto de gastos. Precisamos consolidar a retomada do crescimento sustentado. Para isso, o Brasil precisa seguir com a agenda de reformas estruturantes”, disse Padilha.

O ministro disse ainda que o governo pretende aprovar ainda este ano a Lei de Governança para todos os entes e poderes legislativos.

“Fecharemos uma lacuna que já dura 30 anos”, disse. Segundo ele, a medida é necessária para tornar a construção de programas de governo mais estável e transparente.

Sem reformas, dólar vai disparar novamente

12/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Precisamos ter maturidade para ouvir avisos e dizer não ao canto da sereia das soluções fáceis

A língua inglesa possui algumas expressões que não se traduzem facilmente para o português. Um *cautionary tale*, por exemplo, é uma história que ensina o leitor a ser cauteloso perante os riscos da vida.

Em português, é a história para assustar criancinhas. Um conhecido *cautionary tale* é a história da Chapeuzinho Vermelho, uma menina que desobedece a mãe, pega um atalho por dentro da floresta e acaba em maus bocados com o Lobo Mau.

Outro exemplo de *cautionary tale* está sendo vivido nos noticiários financeiros.

Durante aproximadamente uma década, o Brasil se comportou como a cigarra da fábula, que passa o verão cantando e esquece de se preparar para o inverno. Como resultado, a dívida pública passou a crescer descontroladamente, e, na ausência de uma reforma da Previdência, vai crescer mais ainda.

As consequências de uma dívida pública crescente deveriam ser conhecidas de todos, mas não custa repetir mais uma vez. Uma dívida crescente aumenta os gastos com pagamentos de juros e pressiona os outros gastos.

Pode gerar dificuldades de financiamento da dívida, o que provoca aumento das taxas de juros e inflação alta, com redução do poder de compra dos salários. Para coibir a inflação alta, o governo deve aumentar impostos, subir juros e cortar despesas, o que causa ainda mais dor para a população.

Até agora o Brasil fracassou na tarefa de reformar a Previdência Social e limitar o crescimento da dívida pública. O desafio de aprovar as reformas necessárias passou para o próximo governo.

Semana passada, sentimos os primeiros tremores do terremoto que vai nos vitimar se não aprovarmos as medidas necessárias. A combinação de juros mais altos nos Estados Unidos e a crescente percepção de que a eleição presidencial pode ter dois candidatos populistas no segundo turno atingiu em cheio os mercados financeiros.

O preço do dólar subiu para quase R\$ 4 e somente após o Banco Central anunciar que inundaria o mercado com US\$ 20 bilhões, seu preço se estabilizou a um nível mais baixo (aproximadamente R\$ 3,72).

A intervenção do Banco Central pode comprar tempo, mas o problema fundamental continua. Sem reformas, o resultado será que a dívida pública brasileira não vai ter compradores, o dólar vai disparar e a inflação voltar ao nosso dia a dia.

Voltemos então para a analogia com o conto de fadas.

Nós, eleitores brasileiros, somos a Chapeuzinho Vermelho dessa história. É nossa responsabilidade escolher o caminho do Brasil nos próximos meses. Alguns candidatos a presidente vão prometer saídas fáceis e vender a ideia de que os problemas são imaginários e não requerem ação alguma.

Para eles, a floresta não tem Lobo Mau e a menina pode pegar o atalho com segurança. Precisamos ter maturidade para ouvir os avisos e dizer não ao canto da sereia das soluções fáceis.

O Lobo Mau está à espreita. Não há atalhos para escapar dos problemas. A vida é mais dura que os contos de fadas. Se votarmos errado, não chegaremos à casa da vovó do outro lado da floresta. O Lobo está faminto e convidou um amigo para o jantar – o famigerado Dragão da Inflação.

Sem reformas para solvência do Estado, não temos para onde ir, diz Lozardo

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-06-2018)

O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ernesto Lozardo, afirmou nesta segunda-feira, 11, que o País “não tem para onde ir” sem a aprovação de reformas que resultem na solvência do Estado – entre elas a da Previdência. “As reformas terão que ser feitas rapidamente, isso é inquestionável”, disse.

Lozardo participou há pouco da cerimônia de lançamento da consulta pública sobre a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 2020-2031. O Ipea participou da formulação do documento.

O presidente do instituto defendeu a iniciativa e disse que um país emergente como o Brasil não pode caminhar sem um planejamento de longo prazo. “Não dá para esperar que o mercado traga as soluções”, afirmou.

Ele ressaltou, porém, que o Estado deve atuar como "articulador do desenvolvimento", apenas. "Ele não é vetor", disse Lozardo, ressaltando o passado de "irresponsabilidade fiscal" do País.

Presidente do IBGE confirma impacto negativo da greve dos caminhoneiros na produção do país

12/06/2018 – Fonte: G1 (publicado em 11-06-2018)

Roberto Olinto disse que cálculos precisos ainda estão sendo feitos, mas adiantou que houve prejuízos às contas nacionais. Ele descartou possibilidade de cortes no orçamento do instituto.

O presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Roberto Olinto, confirmou nesta segunda-feira (11) que a paralisação dos caminhoneiros vai impactar o resultado da produção do país no segundo trimestre. Os cálculos precisos ainda estão sendo feitos, ponderou.

"É preciso quantificar a destruição de mercadorias, observar os preços e ver a restabilização nos patamares antigos", disse Olinto.

Segundo o presidente do IBGE, a questão é saber se o impacto nos preços, por exemplo, vai ser de longo prazo ou de curto prazo. "Não tenho a menor evidência de que isso [a greve dos caminhoneiros] matou o mês", afirmou em entrevista coletiva na sede do instituto.

Consultorias e economistas já estão reduzindo a previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2018.

O presidente do IBGE destacou que a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) está na reta final e os primeiros resultados devem ser divulgados já em 2019. A prioridade, de acordo com Olinto, é atualizar os pesos dos produtos analisados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A última atualização foi feita em 2012, com dados da POF realizada em 2009. Desde então os hábitos de consumo dos brasileiros mudaram e, com isso, a fatia do orçamento gasto com alguns itens também mudou.

Censo Demográfico e aumento de pessoal

A proposta inicial do IBGE é de que o Censo Demográfico 2020 custe R\$ 3,4 bilhões, informou Olinto. As conversas com o governo para desembolso desse valor já tiveram início, mas ainda não avançaram.

Desse custo, cerca de 70% é referente à contratação de pessoal que irá a campo. A previsão é de 300 mil recenseadores que trabalharão durante 3 meses. O Censo é realizado a cada 10 anos.

Olinto informou ainda que o IBGE está discutindo com o governo a reposição de pessoal. "Encaminhamos um pedido de 1.800 vagas para recuperar a infraestrutura do IBGE". De acordo com ele, o instituto já teve 12 mil profissionais. Atualmente, são 5.300.

Questionado sobre o risco de haver cortes no orçamento do IBGE com a chegada de um novo governo, Olinto descartou. "Trabalhamos com a ideia que estamos blindados, porque é interesse de todos que essas informações sejam divulgadas", acrescentou.

Censo agropecuário

O presidente do IBGE também afirmou que fará a divulgação dos resultados do Censo Agropecuário no final de julho. Segundo Olinto, a maior parte do levantamento terminou no mês passado, mas ainda há um rescaldo que está sendo coletado.

"Faremos a divulgação no final de julho com dados preliminares. O rescaldo é uma coisa pequena, que não afeta a divulgação", afirmou em entrevista coletiva.

O censo custou cerca de R\$ 550 milhões, valor bem inferior ao orçamento inicial, que era de cerca de R\$ 1,6 bilhão. A redução ocorreu com uma menor contratação de recenseadores, maior tempo de coleta e redução da publicidade e propaganda do Censo. O menor custo também foi possível com a digitalização do processo, que o tornou mais eficiente.

Ao todo, 26 mil recenseadores trabalharam no Censo, além de mais 3 mil profissionais. Inicialmente, estavam previstos 80 mil profissionais temporários, segundo Olinto. Foram feitas 7 milhões de visitas e foram encontrados em torno de 5,3 milhões de estabelecimentos.

Ministro da Fazenda se reúne com Fiesp e sindicatos da indústria

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-06-2018)

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, se reúne na tarde desta segunda-feira, 11, com a diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e com representantes de sindicatos patronais da indústria, na sede da Federação na capital paulista.

O encontro é fechado à imprensa e a assessoria de imprensa da Fiesp não informou o tema abordado durante a reunião. O presidente em exercício da Fiesp, José Ricardo Roriz, deve falar com jornalistas após término do encontro.

Mais cedo, Guardia participou de seminário realizado pelo banco norte-americano Goldman Sachs e admitiu que o governo poderá revisar para baixo a projeção oficial do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, refletindo também os prejuízos decorrentes da greve dos caminhoneiros.

Fiesp discutiu tabelamento de frete e fim do Reintegra com Guardia

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-06-2018)

O tabelamento dos serviços de frete, que vem sendo discutido entre o governo federal e lideranças dos caminhoneiros, foi um dos temas abordados na reunião entre o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e a diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) nesta segunda-feira, 11. Após o encontro, o presidente em exercício da entidade, José Ricardo Roriz, explicou a jornalistas como foi a conversa com Guardia.

"Foi uma reunião de trabalho onde foram apresentadas agendas de longo, médio e também de curto prazo. O tabelamento de frete é um problema que foi levantado, pois empresas estão com dificuldades de embarcar seus produtos", disse Roriz. "Somos contra qualquer tipo de tabelamento, estaríamos voltando ao Brasil de 40 anos atrás", complementou o executivo.

Conforme Roriz, o ministro da Fazenda entendeu o pleito do setor industrial, ainda que não tenha dado a palavra de que a medida será revertida. "O ministro não deu a entender que a tabela deixa de valer a partir de determinado momento, mas reconheceu as dificuldades causadas pelas medidas acordadas num momento grave do País", explicou.

Outro ponto de debate com o ministro da Fazenda, comentou Roriz, foi a antecipação do fim do benefício dos exportadores, no programa Reintegra.

“A indústria tem 30% de capacidade ociosa. O governo antecipou o fim do programa, passando a alíquota de 2,0% para 0,1%. Isso cria uma instabilidade muito grande ao exportador”, comentou. Também foram tratadas no encontro agendas de médio e longo prazo.

O presidente da Fiesp comentou ainda os efeitos da greve dos caminhoneiros sobre o desempenho da economia brasileira. “Ainda é difícil quantificar o impacto. No resultado do ano, aquele PIB entre 2,8% a 3% para 2018, dificilmente será maior que 2%. Está mais para 1,5% de alta”, comentou.

Roriz assumiu a presidência interina da Fiesp após Paulo Skaf se licenciar do cargo. Ele é pré-candidato ao governo do Estado de São Paulo pelo MDB.

Anut: Com indefinição do frete, empresas estão atrasando embarques

12/06/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 11-06-2018)

Sem definição sobre o preço do frete rodoviário, diante das discussões ainda não concluídas pelo governo para fixar a tabela de preço mínimo pelo serviço, as empresas estão atrasando seus embarques e gerando um represamento de carga. “Essa indefinição leva todo mundo a esperar aclarar-se o quadro”, disse o presidente executivo da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (Anut), Luis Henrique Baldez.

Ele explicou que os produtores do agronegócio não contratam diretamente os caminhoneiros, e sim empresas transportadoras. Que, por sua vez, recrutam caminhoneiros autônomos quando seus quadros são insuficientes para prestar o serviço.

“Se eu contrato essa empresa, tem de ser pelo frete mínimo? E se eu contrato pelo mínimo, como ela vai subcontratar o caminhoneiro pelo mesmo preço?”, questionou o dirigente. Assim, na dúvida, as transportadoras não estão utilizando caminhoneiros autônomos.

Enquanto aguardam uma definição, o agronegócio vai estocando sua produção. “Não dá para fazer isso por muito tempo”, disse Baldez. Isso porque a capacidade dos armazéns vai se esgotar. Além disso, o custo de estocagem pode colocar as empresas produtoras em problema de fluxo de caixa, observou.

O represamento da carga, disse ele, não decorre da vontade dos embarcadores. “Não é para retaliar os caminhoneiros”, afirmou. “É pela indefinição da tabela.”

Empréstimos a empresas devem cair 2% em 2018, diz BC

12/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 11-06-2018)

Autoridade monetária revisou expansão do crédito de 3,5% para 3% neste ano

O Banco Central projeta nova queda no estoque de crédito a empresas em 2018, mostram dados divulgados pela autoridade monetária nesta terça-feira (12).

Segundo dados da autoridade monetária, a perspectiva é que a carteira de crédito para pessoas jurídicas encolherá 2% neste ano. No ano passado, a queda havia sido de 6,7% na comparação com 2016.

Os dados são nominais, ou seja, não levam em conta o impacto da inflação do período. No caso de consumidores, a expectativa é de uma alta de 7,5%, uma expansão acima dos 5,7% registrados em 2017.

A carteira total de crédito do sistema financeiro brasileiro deve crescer 3% neste ano, e não mais 3,5%, segundo a projeção do BC feita no Relatório de Economia Bancária. De acordo com a autoridade monetária, a retração nos empréstimos a empresas se dá por causa da queda no chamado crédito direcionado, que inclui empréstimos imobiliários, BNDES e rural.

"Essas operações seguirão sendo influenciadas pelo processo significativo de desalavancagem financeira das empresas, pelo maior dinamismo do mercado de capitais e dos fluxos de captações externas e pela modificação no custo relativo do crédito direcionado, com repercussões sobre a demanda de recursos no SFN", diz o BC no relatório.

PIB deve cair com paralisação de caminhoneiros, diz presidente da Fiesp

12/06/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 11-06-2018)

O efeito da paralisação dos caminhoneiros sobre a indústria ainda não foi quantificado, segundo o presidente interino da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), José Roriz Coelho, mas deve vir com a redução do PIB neste ano.

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, esteve em reunião com Coelho na tarde desta segunda-feira (11) para tratar de assuntos como a paralisação dos caminhoneiros e a carga tributária sobre a indústria.

Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), Coelho assumiu a presidência na semana passada, após Paulo Skaf sair para concorrer às eleições deste ano.

Segundo o presidente interino da entidade, o PIB deste ano não deve ultrapassar um crescimento de 2%, e a perspectiva mais realista é que fique em torno de 1,5%.

"Qualquer número agora é prematuro, mas o PIB que se imaginava de até 3% dificilmente será atingido."

Coelho também se posicionou contra a nova tabela de fretes do governo, uma das medidas cedidas aos caminhoneiros.

"Hoje o tabelamento dos fretes vai ser um problema para as empresas enviarem seus produtos. Quem paga essa conta é o consumidor final", disse.

"Somos contra qualquer tabelamento, estamos voltando ao Brasil de 40 anos atrás."

Coelho afirma que, passado o calor do momento, os problemas que ficaram são piores do que os que já havia antes das manifestações nas estradas.

"Precisamos corrigir alguns excessos que foram negociados e que são impraticáveis pelas empresas."

No encontro com Coelho, o ministro da Fazenda não se posicionou sobre como será a revisão da tabela de frete, discutida entre o governo Temer, o setor produtivo e representantes dos caminhoneiros.

Mais cedo, Guardia afirmou a jornalistas que "a economia voltou ao normal, após desabastecimentos e perdas causadas pela paralisação de caminhoneiros". Segundo

Guardia, o país está retomando a trajetória de crescimento, mas precisa que as reformas continuem para atingir um desempenho sustentável".

Segundo Guardia, a alta de preços influenciada pela falta de produtos que não conseguiam chegar ao consumidor pela paralisação nas estradas tende a não contaminar a economia por muito tempo.

O ministro admite que a paralisação gerou prejuízos, porém diz ter visto exageros. "O que a gente tem que discutir agora é qual é o impacto disso e eu vi muitos números que me parecem excessivos."

Próxima revisão do PIB pode ser para baixo, admite ministro da Fazenda

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-06-2018)

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, admitiu nesta segunda-feira, 11, que o governo poderá rever para baixo a previsão oficial sobre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano. Ele observou, porém, que essas previsões são reavaliadas a cada dois meses na programação orçamentária e que não faria revisões a cada semana.

As previsões do governo apontam a um crescimento de 2,5% do PIB em 2018, mas hoje o boletim Focus mostrou que o mercado já vê um avanço inferior a 2%.

Após participar de um seminário promovido pelo Goldman Sachs, Guardia reconheceu que, "sem dúvida", a greve dos caminhoneiros trouxe prejuízos ao País, mas avaliou que vê como "exageradas" algumas estimativas sobre o impacto da paralisação no transporte de carga.

Lembrou ainda que os economistas já vinham observando perda de ritmo da economia antes da greve. Segundo o ministro, a paralisação deve ter impacto temporário na atividade econômica.

"Revemos a previsão a cada dois meses, quando divulgamos a programação orçamentária. Então, vamos continuar fazendo isso. Quando fazemos as revisões orçamentárias do ano, sempre saímos com uma nova grade de parâmetros. Esse processo de revisão é contínuo", comentou Guardia.

"Pode ser uma revisão para baixo", acrescentou o ministro ao ser questionado se, na próxima reavaliação do orçamento, o governo poderá reduzir a previsão ao PIB. "Vamos esperar a próxima revisão e divulgar os números. O que não quero é a cada semana sair com projeções diferentes para crescimento."

Guardia reforçou que o País precisa fazer as reformas estruturais para assegurar o crescimento sustentável da economia. Embora tenha admitido a possibilidade de revisão do PIB, o titular da Fazenda pontuou que a economia retomou o crescimento após apresentar, entre 2015 e 2016, a "pior retração de sua história".

Camex: crédito a exportação tem questões de política de estado

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-06-2018)

A Secretária Executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Marcela Santos de Carvalho, defendeu nesta segunda-feira, 11, o poder dos representantes de ministérios que fazem parte do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig) de flexibilizar as taxas de equalização das operações de crédito à exportação em casos específicos, quando houver interesse de Estado.

Segundo ela, a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) apresentou, na semana passada, recurso ao acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que, em maio, pediu a apuração de responsabilidade em uma série de operações de crédito a exportação realizadas entre 2008 e 2016.

No acórdão, o TCU determinou ainda que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) elabore e divulgue em seis meses um estudo com propostas de norma que estabeleça metodologia de cálculo das taxas de equalização de empréstimos internacionais compatíveis com as práticas internacionais.

“É válido que a gente receba orientação do Tribunal, mas tem questões técnicas e de política de Estado que precisam ser consideradas”, defende.

Ela afirma que as exigências, feitas após análise de operações que incluem projetos da Venezuela, e também de Angola e Moçambique, que entraram em default, não consideram os mecanismos mitigadores de risco da Câmara de Compensações existente entre os países da América Latina.

De acordo com a secretária, a norma para as taxas de equalização já existe e é usada desde 2013, mas a publicação, que deve ser feita por meio de portaria, dará mais transparência. O objetivo da Camex é manter no texto final a possibilidade de flexibilização das taxas de equalização em até 2%, conforme existe hoje.

“O que a gente não quer é que a metodologia do Tesouro não permita que, em casos específicos, em casos necessários, o Comitê não use a possibilidade de flexibilização”, afirma.

Agenda de regulação das exportações será divulgada pela Camex em julho

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-06-2018)

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) publicará, em julho, a agenda regulatória do comércio exterior para os próximos dois anos. O documento foi construído pelos 28 órgãos que compõem o Grupo de Trabalho de Regulação da Camex a partir de cerca de 1 mil contribuições recebidas do mercado em audiência pública sobre mais de 150 normas legais e infralegais.

Para a secretária executiva da Camex, Marcela Santos de Carvalho, a seis meses do fim do governo, ainda há tempo para equacionar algumas demandas do setor. Além da agenda regulatória, o órgão planeja lançar um portal para receber reclamações de investidores estrangeiros.

“O governo não parou. Estamos trabalhando muito”, afirmou a secretária, após reunião da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). “Sabemos que o investidor, quando tem um problema com o governo, desiste de investir. É crucial tentar reter investimento e fazer com que reinvestam no país”, disse.

Segundo ela, o número de órgãos, normas consideradas relevantes e contribuições mostra a complexidade da regulação interna com impacto no comércio exterior. As respostas à consulta pública foram divididas em oito áreas, mas 40% das respostas foram relacionadas a questões aduaneiras, principalmente ao excesso de licenças de importação. Além disso, ela destaca a regulamentação da exportação de serviços.

“Já estamos tratando desses assuntos (aduaneiros) no âmbito do comitê de facilitação de comércio”, disse, frisando que alguns temas estão sendo tocados antes mesmo da divulgação da agenda. “No GT Regulação, a ideia é que esses assuntos sejam tratados no horizonte de dois anos. Então, ficará um dever de casa para o próximo governo”, completou.

A secretária cita ainda o setor de serviços como prioridade para os próximos meses. A lista de setores elegíveis para Adiantamentos de Contrato de Câmbio (ACC), Adiantamento de Cambiais Entregues (ACE) – duas das principais modalidades de crédito para exportação, com recursos do BNDES – e do Proex (operacionalizada pelo Banco do Brasil) será ampliada. Além disso, a cobrança de ISS sobre exportação de serviços deve ser tratada em um projeto de lei. “Todos os comentários serão respondidos”, afirmou.

Aéreas reportam crescimento da demanda em maio, mesmo com impactos da greve

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-06-2018)

Embora tenham sofrido com o desabastecimento de combustível nos aeroportos devido à greve de caminhoneiros – situação que levou ao cancelamento de mais de 300 voos entre os dias 24 e 30 de maio -, as companhias aéreas viram um aumento da demanda pelo transporte aéreo de passageiros em maio.

Dados prévios divulgados por Azul, Latam Brasil e Gol na última semana mostraram crescimento tanto do tráfego (medido em passageiros-quilômetros pagos transportados, ou RPK), quanto da oferta de assentos (assentos-quilômetros ofertados, ou ASK) em relação a maio de 2017.

“Estou um pouco desapontado, porque o segundo trimestre poderia ter sido muito melhor se não fosse pela greve”, avaliou ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, o presidente da Azul, John Rodgerson.

Conforme dados prévios reportados hoje de manhã, a Azul encerrou maio com uma demanda aérea total 14,0% maior que a vista em igual mês do ano passado. Já a capacidade (ASK) da companhia também cresceu na base anual (+13,5%), levando a um aumento de 0,3 pontos percentuais (p.p.) na taxa de ocupação das aeronaves, para 80,1%.

Considerando apenas as operações da Azul no mercado doméstico, o tráfego subiu 1,5% entre os períodos, enquanto a oferta avançou 2,6%. Com isso, a taxa de ocupação recuou 0,9 p.p. ante maio de 2017, para 77,1% – se excluído o “efeito greve”, a aérea estima que a taxa teria ficado entre 78,5% e 79,0%, ou seja, superior aos 78,0% observados há um ano.

Por atender um maior número de cidades e rotas não servidas por suas concorrentes, a Azul acabou sendo a principal aérea afetada pela paralisação dos caminhoneiros do final de maio. A companhia teve de cancelar 169 de um total de 2.637 voos operados entre 24 e 27 de maio devido à falta de querosene de aviação em aeroportos abastecidos através de caminhões-tanque.

Com o aumento dos cancelamentos e não comparecimento por parte dos passageiros – que encontraram dificuldades para se deslocar até os aeroportos -, a aérea também decidiu reduzir 523 voos entre 28 de maio e 3 de junho.

“Acho que muitas pessoas do governo se focaram em Brasília e Congonhas, não deram a mesma atenção e foco a essas cidades pequenas em que operamos. Só tem dois aeroportos do País que têm oleoduto, Galeão e Guarulhos, não somos grandes nesses dois aeroportos. Acho que sofremos um pouco mais que os outros, mas isso é normal... É um fato, quando você opera em 100 cidades e o próximo opera em 50, claro que vamos ser mais impactados”, comenta o presidente da Azul.

Apesar do episódio do mês passado, John Rodgerson se diz otimista com a tendência para demanda no País e afirma que a empresa continuará tentando capturar o

potencial de expansão do mercado aéreo nacional. "Estamos aumentando capacidade e tem demanda. Ainda acreditamos muito no crescimento do Brasil", comentou.

Embora admita que o cenário atual é um pouco mais "difícil" do que há dois meses, devido à forte desvalorização do câmbio e às incertezas políticas, o executivo reforça que a Azul seguirá ajustando a capacidade de forma a não impactar a demanda.

Rodgers acrescenta ainda que as novas aeronaves da companhia – os A320neo, mais eficientes em consumo de combustível e com mais lugares disponíveis em relação aos jatos da Embraer operados atualmente – ajudarão no plano de aumento de eficiência.

Como consequência dos cancelamentos dos voos e das ações para minimizar os efeitos da greve, a Azul calculou um prejuízo não recorrente de cerca de R\$ 50 milhões, que aparecerá nos resultados operacionais do segundo trimestre.

Outra companhia bastante afetada pela greve dos caminhoneiros foi a Latam Brasil, que tem forte presença nos aeroportos de Guarulhos e Brasília. Mas, apesar dos 151 voos domésticos (de um total de 3.422 voos programados) cancelados entre os dias 25 e 30 de maio, os dados operacionais da aérea no Brasil continuaram no terreno positivo em relação a maio de 2017.

A demanda de passageiros em voos domésticos subiu 3,3% na comparação anual, enquanto a oferta de assentos cresceu 7,3%, levando a uma queda de 2,9 p.p. da taxa de ocupação, para 75,2%.

Em comunicado ao mercado emitido na semana passada, a Latam Brasil calculou um prejuízo de aproximadamente US\$ 13 milhões por causa da greve dos caminhoneiros, considerando todas as medidas para mitigar o impacto a seus passageiros.

Já o balanço final da Gol sobre a greve aponta que foram cancelados apenas 12 de 7.275 voos programados entre os dias 21 e 31 de maio. A empresa atribui esse número ao sucesso de seu plano de contingência operacional, que passou pelo gerenciamento combustível e rotas, abastecimento (*tankering*) de combustível e 69 pousos técnicos de reabastecimento entre 23 de maio e 31 de maio para evitar cancelamentos de voos.

Na Gol, a demanda aérea total cresceu 0,7% em maio, enquanto a oferta de assentos avançou 0,4% – com isso, a taxa de ocupação subiu 0,2 p.p., atingindo 76,8% no mês. No mercado doméstico, os crescimentos de demanda e oferta foram maiores (2,6% e 1,5%, respectivamente, ante maio de 2017), levando a um aumento de 0,8 p.p. da taxa de ocupação, para 77,7%.

Do lado financeiro, a Gol estimou que a greve e as ações tomadas para controlar seus efeitos tenham tido um impacto de R\$ 29 milhões em suas receitas operacionais e tenham gerado R\$ 8 milhões de despesas operacionais incrementais.

Os dados consolidados das empresas do setor aéreo para o mês de maio ainda não foram divulgados pela Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear) e pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Firjan pede a Temer adiar pagamento de imposto em 15 dias por conta da greve

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-06-2018)

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) pediu ao presidente Michel Temer 15 dias extras para pagar impostos federais e a contribuição patronal à Previdência Social. O pedido de atraso consentido no pagamento foi feito pelo presidente da entidade, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, em reunião no Palácio do Planalto com o

argumento de que a paralisação dos caminhoneiros prejudicou todas as empresas. O representante das indústrias fluminenses também criticou a adoção de uma tabela de fretes e sugeriu modelo como o usado nos Estados Unidos, que permite aos transportadores repassar o custo.

Ao presidente Temer, o Vieira disse que é essencial ter 15 dias a mais para pagar o IPI, PIS/Cofins e a parcela patronal da contribuição previdenciária "em função dos impactos provocados pela paralisação dos caminhoneiros".

O argumento da entidade é que o movimento dos motoristas gerou "descasamento entre o faturamento e o calendário das obrigações das empresas" de todos os setores.

A Firjan também reclamou da adoção da tabela de fretes. A entidade defendeu que "a manutenção da livre tomada de preço no frete é fundamental para que o setor produtivo não seja ainda mais prejudicado".

Aos jornalistas, Vieira disse que o Brasil poderia adotar o modelo usado nos Estados Unidos, onde regras permitem que o transportador possa repassar o aumento de custos, como do combustível, durante a vigência do contrato.

Na lista de pedidos dos industriais fluminenses, também estão a reversão de medidas adotadas pela equipe econômica para permitir o subsídio aos caminhoneiros: a entidade pede a manutenção do Reintegra – programa de incentivo à exportação – e também do Regime Especial da Indústria Química (Reiq). Os dois programas foram reduzidos drasticamente e caminham para o fim.

Entender o papel da China no mundo é estratégico para Brasil, dizem debatedores

12/06/2018 – Fonte: Senado Notícias (publicado em 11-06-2018)



O mundo caminha para uma possível ampliação do papel da Ásia nas relações internacionais. E, para entender as novas dinâmicas na ordem mundial, é importante que o Brasil aumente o conhecimento sobre o continente asiático e sua principal protagonista, a China.

Essa é a conclusão dos especialistas convidados a falar nesta segunda-feira (11), na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em audiência pública com o tema "O protagonismo chinês e a instabilidade no Mar da China".

Até mesmo o resultado das eleições presidenciais no Brasil tem relação direta com o preço das commodities, fortemente influenciado pela China, destacou Oliver Stuenkel, doutor em ciência política pela Universidade de Duisburg-Essen (Alemanha) e professor de relações internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Commodities são matérias-primas ou produtos com pequeno grau de industrialização negociados no mercado internacional.

— Quando o preço das commodities é alto, o governo se reelege com facilidade. Quando o preço cai, governos tendem a perder a eleição. E quem hoje determina o preço das commodities, obviamente, é a China — explicou Stuenkel.

Para o professor, também não há como se pensar em superar as barreiras regionais, que ainda existem na América do Sul, sem que a China seja levada em consideração. Na opinião dele, o país asiático pode ocupar ainda o espaço deixado pelos Estados Unidos, que sob a liderança do governo Trump tem tomado uma atitude isolacionista com o rompimento de tratados internacionais e o crescente nacionalismo, também marcado pela imprevisibilidade.

Mar da China

Além da abertura comercial, os chineses avançam nas questões geopolíticas, com a chegada ao mar do sul da China e um possível cenário de conflitos pelo controle da região. De um lado, o país aposta na criação de ilhas e construção de bases militares. Do outro, estão os interesses do governo norte-americano, que tenta reduzir a influência chinesa por meio de alianças com os vizinhos asiáticos.

— O grande objetivo nesse caso é estabelecer mecanismos que possam reduzir a tensão em momentos de complicação. Estabelecer linhas diretas de comunicação para evitar esse tipo de conflito que teria um impacto brutal sobre a economia global — avaliou Oliver Stuenkel.

O especialista recomendou ao Brasil acompanhar essa situação de perto e fortalecer as embaixadas para o recolhimento de informações estratégicas.

Crescimento

Depois de consolidar sua relação comercial com as Américas e a União Europeia, a China agora avança para o Oriente Médio e a África, observou Alexandre Ratsuo Uehara, doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP) e professor de relações internacionais das Faculdades Integradas Rio Branco (FRB).

O professor ressaltou que, na Ásia, região com maior desenvolvimento econômico mundial atualmente, a renda per capita é muito baixa e a tendência é que o padrão de consumo se eleve. Para ele, o crescimento da China é sustentável no médio e longo prazos porque o país tem percebido e combatido as próprias fraquezas.

Antes conhecida por produtos considerados “descartáveis”, hoje a China fornece itens de valor agregado com o desenvolvimento dos seus recursos humanos. Uehara lembrou que o país investe no sistema de ensino superior e em tecnologia nas universidades.

— Apesar de ter saído dos dois dígitos e estar hoje em 7% [de crescimento médio anual], a China aparece entre as cinco primeiras parceiras em importação e exportação, se olharmos as principais economias do mundo. Ela está no mundo inteiro, dona de marcas multinacionais que fazem parte do nosso dia a dia — disse.

Por isso, o professor considera importante o Brasil incluir a relação com a China entre as prioridades da política externa.

— Para o século 21, a minha proposta é que nós temos que pensar o mundo a partir dessa perspectiva — afirmou.

Empregados da Eletrobras decidem manter greve até amanhã

12/06/2018 – Fonte: isto É (publicado em 11-06-2018)

Os empregados da Eletrobras vão manter a greve iniciada nesta segunda-feira, 11, até pelo menos às 8h de amanhã, quando serão realizadas assembleias nas portas das subsidiárias da estatal para decidir se o movimento prossegue.

Por decisão do Tribunal Superior do Trabalho, os empregados podem fazer greve, mas têm que manter 75% do quadro funcional em operação ou pagar multa de R\$ 100 mil por dia.

“Nossos advogados do Coletivo Nacional dos Eletricitários estão em Brasília tentando reverter essa posição (dos 75%)”, informou o diretor da Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel), Emanuel Mendes. Com esse porcentual, a greve fica praticamente inviabilizada.

A assembleia de hoje foi realizada na porta da sede da empresa no Centro do Rio e reuniu um pouco mais de 100 pessoas em um ato enfraquecido pela greve dos ônibus municipais do Rio de Janeiro, também iniciada nesta segunda-feira.

Em clima de comemoração pelo aniversário de 56 anos da Eletrobras, com direito a bolo para os participantes, os empregados encheram a porta da empresa com cartazes “Fora Pinto”, com o retrato do presidente Wilson Ferreira Pinto Jr estampando também em galhardetes.

A saída do executivo é uma das reivindicações da greve, que também pede a suspensão da privatização da venda das distribuidoras deficitárias da Eletrobras; das 70 SPEs de transmissão e energia eólica; e a capitalização sem a participação do governo, para diluir o capital público na companhia.

De acordo com Mendes, foi votado também em assembleia na porta da holding o indicativo de greve por tempo indeterminado a partir do dia 25 de junho, se a empresa insistir e retirar do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) uma cláusula que garante o plano médico dos empregados.

“Estamos pedindo uma reunião na quarta-feira com a empresa. Ela (Eletrobras) retirou a cláusula ‘normas e recursos humanos’ do ACT para acabar com nosso plano de saúde. Se ela (Eletrobras) voltar com essa cláusula sentamos para conversar”, disse Mendes, informando que a estatal concordou em dar o reajuste da totalidade do INPC (1,69%), em vez da proposta anterior de 75% do índice.

Greve da Eletrobras pede saída do presidente

12/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Uma greve de 72 horas convocada por sindicatos de trabalhadores da Eletrobras tem como “maior risco” para a companhia a exigência da categoria de que o presidente da elétrica, Wilson Ferreira Jr., entregue o cargo, avaliaram analistas da corretora Brasil Plural nesta segunda-feira (11).

A paralisação iniciada nesta segunda, em protesto também contra os planos do governo de privatizar a Eletrobras, lembrou um movimento dos petroleiros recente, no qual sindicatos pediram a demissão do então presidente da Petrobras, Pedro Parente, além de mudanças na política de preços da estatal.

A Petrobras conseguiu na época que a greve fosse considerada ilegal, por causa da pauta dos sindicatos, considerada política, mas o TST (Tribunal Superior do Trabalho) negou um pedido da Eletrobras e subsidiárias da companhia para definir como abusiva a paralisação.

Os analistas da Brasil Plural, no entanto, consideraram que o protesto dos eletricitários “tem espaço limitado para influenciar no cenário político, o que impede uma insatisfação generalizada com a empresa e o seu presidente”.

Na Petrobras, por exemplo, a vitória da companhia sobre a greve não foi suficiente para impedir que Parente entregasse o cargo pouco depois, em meio a pressões crescentes contra sua política para os preços dos combustíveis.

"Apesar dos riscos intrínsecos, por enquanto nossos analistas estão céticos em relação a uma possível substituição (no comando da Eletrobras)", afirmaram em nota os especialistas da Brasil Plural.

Segundo fontes da Eletrobras, Ferreira está "incomodado" com campanha contra ele, mas tem dito a pessoas próximas que não pretende deixar o cargo. Se depender exclusivamente dele, ele não cederá às pressões e ficará no comando da Eletrobras, afirmou uma das fontes, que falou sob a condição de anonimato.

Ferreira, que antes presidiu a privada CPFL Energia e chegou à Eletrobras em julho de 2016, é bem avaliado por especialistas e pelo mercado por seu plano de reestruturação da companhia, que inclui vendas de ativos para reduzir dívidas.

Mas ele é alvo de protestos de sindicalistas por causa das propostas de privatização e outras polêmicas, como uma ocasião em que se referiu a parte dos funcionários como vagabundos.

O executivo posteriormente pediu desculpas em um vídeo interno, mas o episódio é sempre lembrado pelos sindicatos nas paralisações e em publicações internas.

A Eletrobras tentou qualificar a greve como abusiva na Justiça trabalhista.

O TST, porém, entendeu que o movimento é legítimo porque está vinculado a "interesses econômicos, sociais e profissionais dos trabalhadores".

O tribunal determinou apenas que sejam mantidos em serviço 75% dos empregados em cada uma das subsidiárias da Eletrobras durante a greve dos eletricitários.

A paralisação na estatal vem em um momento em que o governo do presidente Michel Temer vê quase naufragados seus planos de privatização para a companhia.

O projeto de lei sobre o tema não avança na Câmara.

Inadimplência cresce pelo segundo mês seguido

12/06/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 11-06-2018)

Depois de mais de um ano em queda, taxa dos paranaenses teve alta em abril e maio



Contas que mais pesam são as relacionadas a compras com cartão (Foto: Marcello Casal jr/Agência Brasil)

A taxa de inadimplência do paranaense teve uma ligeira alta em maio último quando comparado a maio de 2017. A taxa subiu 0,10% e em princípio pode parecer insignificante não fosse ter sido a segunda alta em dois meses seguidos.

Abril deste ano já havia registrado que 0,13% mais paranaenses estavam com algum tipo de dívida em atraso e em cadastro de devedores.

Duas altas seguidas depois de mais de um ano com a taxa em queda chama a atenção e acende o sinal de alerta para as famílias no Estado. Os dados são da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap).

O cenário nacional também não é de águas calmas para o consumidor. O número de consumidores inadimplentes atingiu 63,29 milhões em maio, com crescimento de 2,78% em relação ao mesmo período do ano passado.

Os dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) indicam a região Sudeste com o maior aumento no número de consumidores com o Cadastro de Pessoa Física (CPF) restrito para compras a prazo ou contração de crédito, com uma alta registrada de 8,07% em maio.

No Paraná a inadimplência atinge mais a faixa etária dos 25 aos 49 anos, que representa mais de 59% de todos aqueles com alguma conta em atraso. O curioso é que, segundo os números da Faciap, o número de paranaenses com algum tipo de dívida caiu 4,72% em maio.

Estado lidera o ranking de endividados no País

Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), elaborada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e divulgada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (Fecomércio PR), revela que o Paraná é o estado com mais famílias endividadas. Segundo a pesquisa, 91% das famílias paranaenses estavam endividadas. É o maior percentual de endividados desde agosto de 2013 (93,5%).

O cartão de crédito lidera disparado o motivo de endividamento dos consumidores paranaenses com 72,6% das dívidas no mês de maio. O financiamento imobiliário foi o segundo colocado, com 10,1%. Em seguida ficou o crédito para automóveis, com 8,4%.

Estar endividado, contudo, é diferente de estar inadimplente. Você se torna um inadimplente quando não consegue quitar sua dívida.

Mesmo com calote zero, custo do crédito corresponderia a mais da metade do atual

12/06/2018 – Fonte: Folha de S.Paulo (publicado em 11-06-2018)

Dados do BC mostram que a margem dos bancos representou 14% do spread

Mesmo se não houvesse inadimplência, o cliente ainda arcaria com um spread (diferença entre o que os bancos pagam para captar recursos e o que cobram na ponta) correspondente a mais da metade do atual.

Dados do BC divulgados nesta terça-feira (12) mostram que, se o calote fosse magicamente zerado no Brasil, o spread do ICC (Indicador de Custo do Crédito) se reduziria de 12,7 pontos percentuais para 7,7 pontos percentuais, ou seja, uma diferença de 5 pontos percentuais.

Se o exercício feito fosse zerar as despesas administrativas ou o lucro dos bancos, a queda dentro do spread seria menor, de 3,6 pontos percentuais.

Em outras palavras, mudanças no patamar de calotes dos clientes são o fator que mais mexem com o spread.

A inadimplência representou, em 2017, 38,27% do spread, uma leve queda em relação aos dados de 2016.

As despesas administrativas, único componente que ganhou participação dentro do spread em relação ao ano retrasado, teve uma fatia de 25,55%, o pagamento de impostos, de 22,13%, e a margem de lucro, de 14,04%.

Paraná lidera o ranking de famílias endividadas, diz pesquisa

12/06/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 11-06-2018)



(Foto: Arquivo Bem Paraná)

Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), elaborada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e divulgada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (Fecomércio PR), revela que o Paraná é o estado com mais famílias endividadas. Segundo a pesquisa, 91% das famílias paranaenses estavam endividadas. É o maior percentual de endividados desde agosto de 2013 (93,5%).

O cartão de crédito lidera disparado o motivo de endividamento dos consumidores paranaenses com 72,6% das dívidas no mês de maio. O financiamento imobiliário foi o segundo colocado, com 10,1 %. Em seguida ficou o crédito para automóveis, com 8,4%.

Em maio, 31,9% dos endividados possuíam contas em atraso e 11,4% não tinham condições de quitá-las. Em abril, os endividados com débitos atrasados correspondiam a 29,7% e 23,3% em maio do ano passado. Já os paranaenses que admitiam não ter condições de pagar suas contas eram 10,7% em abril e 9,1% em maio de 2017.

De acordo com a sondagem, a proporção das famílias que se declaram muito endividadas também aumentou na comparação com maio de 2017, passando de 22,9% para 23,4%. Já na comparação com o mês anterior, o indicador baixou para 24,2%.

A parcela de endividados que declarou estar mais ou menos endividada aumentou de 46,5% para 49,2% na variação anual e a proporção de famílias pouco endividadas passou de 18,5% para 18,4%.

'A inflação não ficaria abaixo de 3% para sempre', diz presidente do BC

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Banco Central já trabalha com uma alta da inflação neste ano. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo e ao Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado), o presidente do BC, Ilan Goldfajn, disse que a trajetória da inflação para 4% está na conta da instituição e indicou a decisão da diretoria em manter a taxa básica de juros (Selic) em 6,5% ao ano. Mesmo com a concretização desse cenário, o índice oficial de preços ficaria abaixo da meta estipulada para este ano, de 4,5%.

Na última pesquisa Focus, uma centena de economistas ouvidos pelo BC projetou o IPCA em 3,82% no fim de 2018 – há um mês, as projeções eram de 3,45%. "É claro, e já estava na conta, que a inflação em 12 meses não ia ficar abaixo de 3% para sempre."

Ao responder a questões de investidores e economistas no Broadcast Interativo ao Vivo, Ilan disse que não vê risco de custo para as contas públicas no aumento de swaps (contratos equivalentes à venda de dólar no mercado futuro). Segundo ele, o BC também não vai esperar o mercado "secar" para atuar no câmbio e impedir a desvalorização do real, porque o País "acumulou munição" para enfrentar momentos como o de agora.

Com a escalada dos preços agrícolas e dos combustíveis, não seria prudente o BC elevar os juros no próximo encontro?

Temos dito que a política monetária (aumento de juros) não será usada para estabilizar o câmbio. A política monetária vai continuar sendo usada para atingir a meta de inflação, olhando expectativa de inflação e balanço de riscos. Olhando isso, nós decidimos a cada 45 dias qual será nossa decisão sobre a Selic, mantendo os princípios do regime de meta de inflação. Nesse caso, não será diferente. Vamos tomar a decisão sobre juros no dia 20 de junho.

A última reunião do Copom foi marcada por críticas em relação às sinalizações do colegiado sobre a Selic. Onde o BC errou na comunicação?

Não nos leva a nada ficarmos vendo no que errou, como errou. A questão mais relevante no momento é a dos nossos riscos, que mudaram. O BC tem sido muito claro em relação ao risco do cenário internacional. Nós alertamos que o cenário benigno não iria continuar para sempre, e isso se revelou verdade. Mas também alertamos que é necessário continuar na trajetória de ajustes, de reformas. Além disso, temos dito que as decisões do Copom são tomadas no dia da reunião. É neste dia que as condições são avaliadas. Isso vale para a reunião passada e para todas as reuniões do Copom.

A coleta de preços de curto prazo aponta que já em junho a inflação de 12 meses deve passar de 4%. Como o sr. avalia o balanço de riscos para a inflação no momento?

Já estava na conta que a inflação em 12 meses não ia ficar abaixo de 3% para sempre e, inclusive, essa foi a base da nossa decisão passada (de manutenção da Selic em 6,5% ao ano). De fato, o risco de a inflação ficar abaixo da meta é bem menor hoje. Então fazia sentido a gente manter a taxa de juros na reunião anterior, dado que a inflação ia voltando com mais segurança para a nossa meta. O fato de ela voltar em direção a 4% ao longo deste ano não me parece algo fora do cenário-base. É claro que vamos ter de olhar as expectativas. As projeções de inflação vão subir para frente? Qual o balanço de risco à frente? Isso tudo vamos avaliar na reunião do Copom.

O BC anunciou operações de US\$ 20 bilhões em swap cambial (cujo efeito é equivalente à venda de dólares) até o fim desta semana, o que acomodou o dólar. O que a instituição vai fazer a partir da semana que vem?

No momento, não anunciamos nada para frente. Vamos observar. Nosso objetivo tem sido de estabilizar o mercado, deixar o câmbio flutuante, mas evitar a turbulência que vimos na semana passada. Este tem sido nosso objetivo. A partir daí, a gente vê para frente.

O sr. também comentou que o BC, se necessário, fará operações com swaps além do estoque visto no passado, que chegou a US\$ 115 bilhões. Uma posição tão grande em swaps não representa um custo muito grande para o País?

Nós temos US\$ 380 bilhões de reservas internacionais e a posição de swap é uma forma, em contratos derivativos, de usar essas reservas que temos.

Essas reservas foram acumuladas para serem usadas em momentos de necessidade. Montamos este seguro e, uma vez que temos isso, ele é para ser usado em momentos de necessidade.

Achamos que o momento é agora, é este ano. Se você chegar ao máximo visto no passado, por exemplo, são US\$ 115 bilhões de swap de um lado versus US\$ 380

bilhões de reservas de outro. Ainda há bastante espaço. Não considero um risco para o País.

O BC não poderia se adiantar à falta de recursos e fazer leilões de linha (venda de dólares com compromisso de recompra no futuro) para inibir especulações, como sugerem alguns profissionais?

Dissemos que se houver demanda, vamos oferecer. Agora, haver demanda não significa esperar a liquidez secar. Se observarmos que há necessidade, se houver demanda maior que oferta de dólares, obviamente estaremos à disposição para ajudar. Não há problema em fazer leilão de linha. Temos reservas e elas nos dão lastro para fazer os leilões.

Qual o risco para o Brasil de vitória na eleição presidencial de um candidato não comprometido com as reformas fiscais?

Não comento questões políticas. Gostaria que o BC se mantivesse neutro, apartidário, para poder cumprir melhor o seu papel. Mas temos dito que é muito importante para o Brasil continuar na trajetória das reformas, principalmente do lado fiscal, porque apenas isso vai garantir consolidação fiscal, inflação baixa, recuperação da economia e taxas de juros estruturais mais baixas.

Risco-Brasil sobe 76% em três meses

12/06/2018 – Fonte: G1 (publicado em 11-06-2018)

No mundo das finanças globais, se uma empresa ou banco tem uma dívida a receber e teme que o devedor não pague, a saída é fazer um seguro contra o risco do calote. É o CDS (Credit Default Swap) na sigla em inglês. O risco original, que era de quem emprestou o dinheiro, passa ser da seguradora. Só que ela cobra caro por isso. Quanto maior o risco (ou temor) de não receber, maior o valor cobrado pelo seguro.

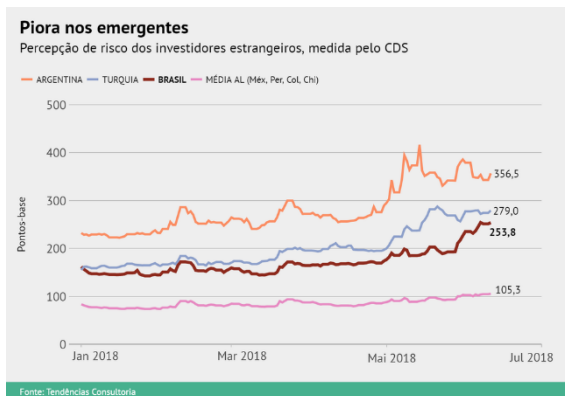
O Brasil não está bem na foto. Nos últimos três meses, a percepção de risco dos investidores subiu 76%. Esse risco, medido pelo CDS, passou de 144,3 pontos em 12 de março para 253,8 pontos na segunda-feira (11).

E qual a consequência prática para um país que vê seu risco aumentar na percepção dos investidores? Se vê obrigado a pagar juros mais altos na hora de contratar empréstimo.

Quando falamos país, não estamos falando apenas do governo do país, mas de suas empresas e bancos que eventualmente precisam tomar dinheiro lá fora. Enfim, investir no Brasil fica mais caro.

Mas o Brasil não está sozinho. A piora foi generalizada entre os emergentes. Com a alta dos juros nos Estados Unidos – que deve galgar mais um degrau esta semana –, os títulos norte-americanos ficaram mais atraentes, com risco praticamente zero e, com isso, o fluxo dos investimentos se inverteu.

Os bancos centrais ao redor do mundo também reduziram, um a um, os antes abundantes estímulos às economias e a fartura acabou.



“É um momento de menor liquidez, em que os investidores ficam mais criteriosos e começam a separar o joio do trigo”, diz o economista Silvio Campos, analista de macroeconomia da Tendências Consultoria e responsável pelo levantamento.

O que varia é a intensidade e o patamar da trajetória – a depender da classificação de joio ou trigo. Argentina e Turquia, que têm as contas externas mais vulneráveis, estão entre os emergentes mais arriscados, na percepção dos investidores. Ambos tiveram de subir os juros diversas vezes nos últimos meses para tentar conter a desvalorização de suas moedas ante o dólar e o consequente repique da inflação.

Já os países latino-americanos que ainda ostentam o grau de investimento – aquele selo de bom pagador da dívida que o Brasil perdeu em 2015 – tiveram uma alta muito menor do risco no mesmo período. O grupo é formado por México, Peru, Colômbia e Chile.

Em comum, eles têm ambientes de negócio mais favoráveis, estabilidade macroeconômica e maior abertura comercial. Na média, o CDS desses países fica em torno de 100 pontos-base, menos da metade do valor do Brasil.

A piora na percepção de risco nesses últimos três meses veio acompanhada de um mergulho da bolsa brasileira (queda de quase 17%) e de uma alta do dólar ante o real (valorização de 14,5%). “O que complica é o lado fiscal e as dúvidas sobre a eleição”, diz Campos.

O rombo das contas públicas, que coloca a dívida pública em trajetória explosiva, é o problema central da economia. O debate eleitoral ainda não oferece sinais de como o país vai tratar desse problema no ano que vem.

Boa Vista SCPC: mudanças nas regras do cheque especial tendem a reduzir juros

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-06-2018)

As mudanças nas regras do cheque especial incentivam o início de um “longo caminho” que é de tentar reduzir os altos juros aplicados na modalidade, diz, em nota, Flávio Calife, economista responsável pela área de Indicadores e Estudos Econômicos da Boa Vista SCPC.

As novas regras permitem a quem utilizou mais de 15% do limite disponível no cheque especial por um período de 30 dias a trocar a dívida por uma com juros menores.

Segundo o economista, a medida tem como principal objetivo reduzir os juros do cheque especial.

“Primeiramente, porque com o uso mais adequado, deve cair a inadimplência, que nesta modalidade é muito elevada. Em segundo lugar, quando o cliente migrar para uma linha com uma taxa de juros menor, automaticamente haverá uma redução nas taxas de juros médias”, afirmou.

Atualmente, os juros anuais no cheque especial são de aproximadamente 324% ao ano.

IPCA terá peso de itens alterados em meados de 2019, diz presidente do IBGE

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-06-2018)

O cálculo da inflação oficial no País sofrerá alterações em meados de 2019, quando a estrutura de ponderações dos 383 itens investigados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) for atualizada, informou Roberto Olinto, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que atualiza a estrutura de pesos do IPCA, já teve a coleta terminada. Os dados estão em análise pelos pesquisadores do instituto. Os primeiros resultados serão divulgados no ano que vem.

“A POF deveria ter sido feita de forma mais sistemática. A POF está terminando. No caso da POF, a análise dos dados é mais complicada, tem muita informação que não é digitalizada”, disse Olinto. “A prioridade é que a POF gere rapidamente a nova estrutura de ponderações do IPCA”, completou.

A última POF foi conduzida em 2008/2009, mas os resultados só alteraram a estrutura de peso dos itens do IPCA em 2012. A pesquisa deveria ser realizada a cada cinco anos, mas a última edição foi cancelada pela falta de orçamento.

“Primeiro só muda a ponderação dos itens (do IPCA). Num segundo momento pode mudar alguns itens, mas é muito difícil, a cesta básica é a mesma. Primeiro muda o peso. Se a gente tiver alguma indicação de um item que tenha aparecido na POF que não esteja contemplado, a gente passa por um processo de incluir esse item nos índices de preços”, explicou Olinto.

As equipes identificam antes os pontos de vendas dos eventuais itens novos na cesta de consumo das famílias, para depois planejar a coleta de preços. Segundo Olinto, o ideal era que a estrutura de ponderações do IPCA fosse atualizada anualmente.

“Hoje o IPCA que publicamos é o IPCA possível para o Brasil. Mas podemos melhorar. Com a POF isso vai acontecer”, ressaltou o presidente do IBGE, que recebeu nesta segunda-feira a imprensa para conversar sobre seu primeiro ano na gestão do IBGE e os preparativos para o Censo Demográfico 2020.

Ilan: Copom levará em conta impacto de choques ocorre por efeitos secundários

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-06-2018)

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, afirmou nesta segunda-feira, 11, durante evento em São Paulo, que o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC levará em consideração, no encontro da próxima semana, que o impacto dos choques recentes sobre a política monetária ocorre através de seus “efeitos secundários” sobre a inflação.

“Ou seja, pela propagação a preços da economia não diretamente afetados pelo choque”, disse Goldfajn, em evento organizado pelo Goldman Sachs na capital paulista. “Esses efeitos tendem a ser mitigados pelo grau de ociosidade na economia e pelas expectativas e projeções de inflação ancoradas nas metas”, ponderou o presidente do BC.

Essas declarações do presidente retomam ideias que constaram na entrevista coletiva de Goldfajn, na quinta-feira passada, e em declarações feitas em eventos da última sexta-feira, também em São Paulo.

De acordo com Goldfajn, "o Copom, em sua reunião de março, avaliou como adequada a manutenção da taxa de juros no patamar corrente, caso as condições se mantivessem".

A Selic (a taxa básica de juros da economia) está atualmente em 6,50% ao ano. "Na próxima reunião, o comitê analisará essas condições com foco como sempre nas projeções e expectativas de inflação e o seu balanço de riscos e tomará a decisão que considere adequada naquele momento", acrescentou.

Goldfajn fez ainda um diagnóstico sobre o cenário externo que, nas últimas semanas, "tornou-se mais desafiador e apresentou volatilidade".

"A evolução dos riscos, em grande parte associados à normalização das taxas de juros em algumas economias avançadas, produziu ajustes nos mercados financeiros internacionais", afirmou. "O mercado apresenta um comportamento volátil, com uma piora na percepção dos agentes internacionais em relação ao cenário global."

Conforme Goldfajn, esta percepção tem provocado "pressões sobre várias economias emergentes, afetando cada país de acordo com suas características particulares". No entanto, ele lembrou que o BC e o Tesouro têm atuado para prover liquidez por meio de leilões de swap cambial – operações cujo efeito é equivalente à venda de dólares no mercado futuro – e para dar liquidez ao mercado de juros. "O BC e o Tesouro Nacional vão continuar oferecendo de forma coordenada liquidez, seja no mercado de câmbio, seja no mercado de juros", disse.

Como afirmou hoje em entrevista exclusiva ao **Broadcast**, Goldfajn disse que a instituição pode utilizar swaps além dos valores máximos dos estoques no passado (US\$ 115 bilhões). Além disso, reafirmou a intenção de ofertar US\$ 20 bilhões em swaps até a próxima sexta-feira, dia 15. Em outro momento, ele reafirmou que a política monetária é separada da política cambial.

"O Brasil tem amortecedores robustos, fundamentos sólidos e encontra-se mais preparado para lidar com choques externos", pontuou o presidente do BC. Ao mesmo tempo, defendeu a importância da continuidade das reformas. "O Brasil precisa continuar no caminho de ajustes e reformas para manter a inflação baixa, a queda da taxa de juros estrutural e a recuperação sustentável da economia."

Ibre/FGV: Piora do prêmio de risco do Brasil se deve a fatores domésticos

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-06-2018)

A piora do prêmio de risco do Brasil na semana passada, no cenário de pânico nos mercados financeiros, está relacionada a fatores domésticos, conforme estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Segundo o ex-diretor do Banco Central (BC) e pesquisador do Ibre/FGV, José Júlio Senna, quando se compara a evolução do prêmio de risco medido pela cotação do CDS de cinco anos do Brasil com as condições financeiras internacionais, a aderência é clara, mas somente até a semana passada.

"De maio para cá, não vemos piora significativa das condições financeiras internacionais", afirmou Senna há pouco, em seminário de análise de conjuntura promovido pelo Ibre/FGV no Rio.

Por outro lado, segundo o pesquisador, a greve dos caminhoneiros e seus desdobramentos "acenderam um monte de questões internas relevantes", como a fraqueza do governo, o rompimento da regra de reajustes de preços da Petrobras, e seus efeitos no plano da estatal para vender refinarias, e a discussão sobre tabelar os preços de frete.

“Isso é rigorosamente de lamentar muito”, disse Senna.

Para o pesquisador, os efeitos da piora do ambiente econômico doméstico serão sentidos de forma mais forte na atividade econômica – e menos na inflação. Após a divulgação dos dados do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre, o Ibre/FGV revisou sua projeção de crescimento econômico em 2018, de 2,3% para 1,9%.

Segundo Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre, a estimativa já leva em conta os efeitos diretos da greve dos caminhoneiros, como paralisação de linhas de produção e perda de bens perecíveis, mas os desdobramentos relacionados à piora nas condições financeiras domésticas, refletida nos mercados na semana passada.

“Essa piora das condições financeiras, com juros de mercado muito elevados e câmbio mais desvalorizado, é negativa para a atividade”, afirmou Silvia, lembrando que a projeção de 1,9% tem “viés negativo”.

De acordo com a economista, os investimentos e a produção da indústria da transformação são os componentes do PIB mais afetados a sofrerem impactos negativos com a piora do ambiente econômico. Nas projeções do Ibre/FGV, o crescimento de 1,9% neste ano seria ancorado num avanço de 4,0% nos investimentos.

“Quem sofre bastante, e aí está mais sujeito à revisão, são os investimentos”, afirmou Silvia.

Já para a produção da indústria de transformação, a projeção do Ibre/FGV indica avanço de 3,4%. Segundo Silvia, além de ser impactada diretamente pelas paradas de produção, a indústria de transformação ainda tem efeitos em cascata, por exemplo, na demanda por serviços prestados a empresas.

Para a inflação, o Ibre/FGV revisou a projeção para o IPCA de 2018 de alta de 3,4% para um avanço de 4,0%. Tanto Silvia quanto Senna destacaram, no seminário, que essa aceleração não deverá mudar a ação da política monetária por parte do Banco Central (BC). Isso porque, mesmo com a alta do dólar, as expectativas de inflação ainda se mantêm comportadas, diante da elevada ociosidade na economia.

Na visão de Senna, é preciso acompanhar a influência de uma eventual depreciação adicional do câmbio sobre as expectativas de inflação. “Se contaminar as expectativas, o impacto sobre a inflação será mais disseminado, ampliando os efeitos secundários”, o que, então, exigiria ação do BC, disse Senna.

BC elevar juro para conter dólar parece fora da racionalidade, diz Samuel Pessôa

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-06-2018)

A ideia de que o Banco Central (BC) deveria elevar os juros básicos para enfrentar a alta do dólar “parece fora da racionalidade”, afirmou nesta segunda-feira, 11, Samuel Pessôa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

Para Pessôa, argumentos a favor dessa ação circularam no mercado financeiro na semana passada, mas essa opção equivaleria a “pensar com a cabeça dos anos 1990”.

“Argumentos que circularam no mercado financeiro na semana passada, de que seria preciso elevar juro para sustentar a cotação do dólar, parecem fora da racionalidade”, disse Pessôa, em seminário de análise de conjuntura promovido pelo Ibre/FGV no Rio.

A principal diferença em relação aos anos 1990, disse Pessôa, é o setor externo. Hoje, a balança de pagamentos brasileira apresenta déficit pequeno e, com pouca dívida

pública externa, o País é credor em dólar, ou seja, a depreciação do câmbio não leva a crises nessa área. “Nossos problemas são internos”, afirmou o pesquisador.

Com 5ª queda consecutiva, Bolsa acumula perdas de 8%

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR

A cautela voltou a dar o tom dos negócios no mercado de ações na quarta-feira, 11, e o Ibovespa teve sua quinta queda consecutiva, influenciado principalmente pelas ações do setor financeiro. O índice fechou o pregão em baixa de 0,87%, aos 72.307,77 pontos. Em cinco pregões de queda, o Ibovespa perdeu 8%, o que leva a uma perda acumulada no ano de 5,36%.

O volume de negócios – de R\$ 9,6 bilhões – ficou abaixo da média dos últimos dias, evidenciando um pregão mais tranquilo, sem os sobressaltos das últimas semanas. A queda da Bolsa brasileira foi na contramão dos índices de Nova York, que operaram em alta na maior parte do tempo. No cenário interno, a incertezas políticas ainda pesam, depois que pesquisa da Datafolha divulgada no fim de semana mostrou que o ex-presidente Lula lidera as intenções de voto, mesmo estando preso.

Depois de registrar a maior queda em quase 10 anos na última sexta-feira, 8, o dólar teve um dia volátil e fechou em leve alta, ontem, de 0,09%, cotado a R\$ 3,7082.

Governo adia para julho plano para reduzir custo com subsídios na conta de luz

12/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 11-06-2018)

Plano quer limitar desconto na conta de luz das famílias pobres

O governo federal adiou para julho a data prevista para conclusão de um plano para a redução de despesas com subsídios repassadas às tarifas de energia elétrica, de acordo com publicação do Ministério de Minas e Energia no Diário Oficial da União desta segunda-feira (11).

Um relatório final sobre o plano deverá ser concluído até 15 de julho, segundo portaria da pasta, ante um prazo anterior que se encerraria em 15 de junho, nesta semana.

O governo criou um grupo de trabalho ainda em outubro de 2016 para avaliar alternativas para corte de despesas com subsídios custeadas pela chamada CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), um fundo abastecido com encargos cobrados nas contas de luz.

Os subsídios custeados pela CDE, cujo custo é repassado às tarifas de energia, devem consumir quase R\$ 19 bilhões neste ano, contra R\$ 16 bilhões em 2017. Eles têm sido apontados pelo governo e por especialistas como um dos vilões da elevação nas contas de luz.

Um relatório inicial do Ministério de Minas e Energia sobre os planos para a redução dos subsídios, divulgado em maio, apontou propostas como uma redução no alcance da chamada tarifa social, que contempla famílias de baixa renda com descontos.

A proposta prevê, entre outros pontos, cortar cerca de 35 por cento dos beneficiários da tarifa social, que com isso seria restrita a cadastrados no programa social Bolsa Família, o que reduziria em cerca de R\$ 800 milhões por ano o custo com os subsídios.

Construtoras buscam retomar expansão

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR

Após paralisação de canteiros de obras e queda nas vendas ao longo de maio – mês que concentrou a greve dos trabalhadores da construção em São Paulo e o protesto dos caminhoneiros em todo o País -, as incorporadoras buscam recuperar o tempo perdido e manter a trajetória de expansão dos negócios vista nos meses anteriores, disseram empresários, na segunda-feira, 11, à noite, durante a entrega do prêmio Top Imobiliário, realizado pelo Grupo Estado.

A 25.ª edição do evento teve como vencedoras as empresas Tenda e Lopes. O evento tem parceria do Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi-SP) e da Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (Embraesp).

No mês passado, por cerca de cinco dias, a Cury, parceira da Cyrela no mercado imobiliário de baixa renda, chegou a ter 80% dos canteiros parados. No fim de semana da greve dos caminhoneiros, as vendas caíram pela metade, conta o vice-presidente, Fábio Curi, que assumirá a empresa familiar em breve. “A situação já está normalizada, mas esse processo não é rápido”, pondera, lembrando que a efetivação das vendas depende de agendamentos de visitas.

Na Eztec, incorporadora que atua no ramo de imóveis de médio e alto padrão, o tempo perdido com as paralisações dos canteiros totaliza três semanas, explica o diretor de relações com investidores, Emílio Fugazza. Esse período engloba as paradas de obras e o tempo necessário para reposição de insumos, como concreto e massas, que não são estocados.

Como consequência, a companhia espera um balanço mais fraco no trimestre, já que as receitas do setor são contabilizadas de acordo com a evolução das obras. “Vamos ter um impacto de três semanas de um total de 12 semanas no balanço do trimestre”, aponta Fugazza, além da redução das vendas pela metade durante o ápice da greve.

Já o diretor de incorporação da Tegra (antiga Brookfield), João Mendes, conta que a empresa conseguiu ultrapassar o mês de maio com paradas apenas pontuais, que não comprometeram as projeções para o ano.

Entre maio e o início de junho, a companhia conseguiu, até mesmo, lançar dois empreendimentos em Campinas, com cerca de 30% das unidades vendidas. “Continuamos com a meta de lançar empreendimentos que somam R\$ 1,3 bilhão em valor geral de vendas. Neste mês, vamos atingir R\$ 500 milhões”, afirma.

SNIC: Após greve, indústria do cimento passa a prever queda nas vendas anuais

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-06-2018)

O Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC) decidiu revisar as projeções de vendas do setor neste ano após as perdas provocadas pela paralisação dos caminhoneiros. A instituição, que previa alta de 1% a 2% nas vendas, agora espera que o desempenho no ano fique no campo negativo. Se confirmado, será o quarto ano seguido de retração da indústria do cimento.

“O resultado de maio já neutralizou a expectativa de um dado positivo em 2018 no setor”, afirmou o presidente do SNIC, Paulo Camillo Penna, em entrevista ao **Broadcast**. “Agora vamos ver qual será o impacto da paralisação no mês de junho para termos segurança em definir a nova projeção. Mas podemos dizer que vamos ficar no vermelho”, completou.

Segundo balanço publicado nesta segunda-feira, 11, pelo sindicato, as vendas de cimento no mercado brasileiro em maio somaram 3,6 milhões de toneladas, uma queda de 20,3% em relação ao mesmo mês de 2017. As vendas acumuladas nos primeiros cinco meses do ano alcançaram 20,4 milhões de toneladas, recuo de 4,5%. Já em 12 meses, as vendas totalizaram 52,4 milhões de toneladas, quantidade 5,1% menor.

Penna observou que 96% da distribuição de cimento no País se dá pelo modal rodoviário. Com a paralisação dos caminhoneiros, as vendas diárias caíram do patamar diário de 200 mil toneladas para até 6 mil toneladas.

“O setor deixou de vender cerca de 900 mil toneladas no mês”, frisou o presidente do sindicato.

Segundo ele, as vendas de cimento levarão um total de até três semanas para serem completamente normalizadas, pois dependem da regularização da chegada de insumos às fábricas. “Muito provavelmente teremos outro dado negativo de vendas em junho”, estimou.

Penna acrescentou que a expectativa para o segundo semestre ainda é de um ritmo muito lento de recuperação da economia brasileira, considerando os indicadores fracos da atividade de setores como a indústria e o comércio, confiança baixa entre consumidores e empreendedores, e incertezas provocadas pelo cenário eleitoral.

Além disso, com a nova tabela de frete, os custos ficarão ainda mais elevados para a indústria do cimento, uma vez que o frete corresponde a cerca de 20% a 40% do preço final do produto.

Vendas de cimento no Brasil caem 20% em maio e setor piora projeção para 2018

12/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 11-06-2018)

Associação afirma que 900 mil toneladas deixaram de ser vendidas

A indústria de cimento no Brasil teve queda de 20% nas vendas em maio em comparação ao mesmo mês do ano passado, impactada pelos efeitos da greve dos caminhoneiros, que fez o setor deixar de vender cerca de 900 mil toneladas, afirmou nesta segunda-feira (11) a associação que representa os fabricantes do insumo, Snic (Sindicato Nacional da Indústria do Cimento).

Segundo o presidente da entidade, Paulo Camillo Penna, o impacto da greve deve se arrastar por junho, fazendo o setor ter um segundo mês consecutivo de queda nas vendas.

Em maio, 3,588 milhões de toneladas de cimento foram vendidas Brasil, registrando queda de dois dígitos em todas as regiões do país na comparação anual, com destaque para retração de 17,5% nas vendas no Sudeste, que equivale a 1,729 milhão de toneladas.

Caminhoneiros discutem proposta apresentada pela área técnica, diz ANTT

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-06-2018)

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) informou nesta segunda-feira, 11, em nota, que os caminhoneiros estão reunidos fora da sede da agência para discutir propostas apresentadas pela área técnica. “A Agência continua debruçada sobre o assunto e aguardando uma posição dos caminhoneiros”, informou.

Segundo fontes que acompanham o processo, a área técnica da ANTT reuniu-se no último fim de semana para fazer ajustes na tabela do preço mínimo de frete.

A ideia é encontrar uma posição intermediária entre a versão divulgada no dia 30, que desagradou ao agronegócio, e a do último dia 7, que não foi aceita pelos caminhoneiros e por isso foi revogada.

As discussões técnicas avançaram bastante no sábado e no domingo. Nesta segunda, havia razoável consenso em torno de quatro das cinco tabelas elaboradas. A expectativa é de que essas dificuldades possam ser superadas até a próxima quarta-feira.

Alemanha manda recolher 238 mil carros da Mercedes-Benz por mascarar poluentes

12/06/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 11-06-2018)

O Ministério dos Transportes da Alemanha ordenou nesta segunda-feira (11) a retirada de 238 mil carros da fabricante Daimler (dona da Mercedes-Benz), por causa de software que mascara o volume de emissão de poluentes.

O jornal alemão Bild am Sonntag disse, em reportagem desta segunda, que até 1 milhão de carros da montadora Daimler podem estar emitindo excesso de poluição sem que isso seja detectado.

Após a publicação da reportagem, o presidente-executivo da Daimler, Dieter Zetsch, se reuniu por duas horas com o ministro dos transportes da Alemanha.

O erro nos programas foi descoberto pela KBA (autoridade de transportes automotivos do país). A entidade disse que tais dispositivos eram "inadmissíveis" nos motores Mercedes-Benz.

Fabricantes de automóveis usam programas de computador para gerenciar a filtragem de emissões e o desempenho do motor. O funcionamento do programa pode ser considerado ilegal se os sistemas de filtragem de exaustão forem desativados cedo demais ou sem motivo.

A Daimler confirmou o recall após a reunião. Zetsch também disse que está cooperando de forma transparente com a KBA e com o Ministério de Transportes da Alemanha.

Elżbieta Bieńkowska, comissária da Indústria da Europa, afirmou pelo Twitter que todos os 28 estados membros da União Europeia deveriam emitir recalls obrigatórios, o que levaria o total a 774 mil veículos. "O escândalo do diesel ainda não acabou", acrescentou ela. "Está na hora de progredir nos carros com emissão zero".

Os principais modelos afetados são as versões a diesel da van Vito, da Mercedes-Benz, a Mercedes C-Class, e as SUV das classes GLC e C. Cerca de 238 mil desses carros circulam na Alemanha.

A Daimler, como outros fabricantes de carros, usa líquidos de nitrato de ureia para neutralizar as emissões de óxido de nitrogênio nos gases de escapamento. No entanto, a autoridade de veículos automotivos da Alemanha, a KBA, questionou os recursos de controle de emissões em meio a suspeitas de que eles permitem que os veículos emitam excesso de poluição sem detecção.

O escândalo de emissões ronda a indústria automobilística alemã desde setembro de 2015, quando a Volkswagen admitiu usar um software que pode dizer quando um

veículo a diesel é testado e temporariamente reduzir suas emissões tóxicas para aprovar as regulamentações dos Estados Unidos.

O escândalo do "dieselgate" custou à Volkswagen cerca de US\$ 30 bilhões em multas e outros custos.

BMW começará a produzir o 1º veículo semiautônomo do País

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR

Mesmo pressionada pela alta cambial, que encarece as importações, a BMW manteve seu cronograma e confirmou para a próxima segunda-feira o início da produção na fábrica de Araquari (SC) do utilitário-esportivo X3 M40i. Segundo a empresa, é o primeiro modelo com tecnologias usadas em carros autônomos a ser fabricado no Brasil.

O veículo é a versão mais equipada do xDrive30i X Line, cuja montagem começou em março. O M40i tem, por exemplo, dispositivo que informa, por alertas visuais e sonoros, situações de tráfego em cruzamentos, mudanças involuntárias de faixa de rolamento, possibilidade de colisão traseira e controle e prevenção de aproximação inadvertida frontal. O próprio carro faz as manobras para estacionar.

A fábrica catarinense passou a produzir quatro modelos: X1, X3, X4 e Série 3. A fábrica opera com metade de sua capacidade produtiva, de 32 mil veículos por ano e tem 700 funcionários. De janeiro a maio a marca premium vendeu 4.316 veículos, alta de 32% ante 2017.

O M40i já era importado desde março e vendido a R\$ 397,9 mil, preço mantido na versão nacional que tem grande parte dos componentes importados. O xDrive custa R\$ 309,9 mil.

“Não estamos numa situação tranquila com o câmbio atual e ainda precisamos digerir o que está acontecendo”, diz Gleide Souza, diretora de Assuntos Governamentais da BMW no Brasil. “O que estamos vendo é um pico fora da volatilidade normal do mercado brasileiro.”

A BMW também aguarda o anúncio do Rota 2030 para definir novos projetos, ciente de que o programa “está mais enxuto do que se esperava, mas é uma política que trará mais previsibilidade para o setor.”

Segundo Gleide, a demora na aprovação do programa já levou a empresa a perder oportunidades de trazer novos modelos para o Brasil. O projeto do X3 já estava previsto no investimento de R\$ 1 bilhão feito pelo grupo desde sua entrada no País como fabricante, em 2014, atraído pelo Inovar-Auto, o programa que terminou em dezembro.

Com dólar alto, GM aumenta preços e deve ser seguida por outras montadoras

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR

A alta do dólar está pesando nos custos de produção de veículos que utilizam componentes importados e haverá impacto nos preços ao consumidor. A General Motors já tem tabela pronta de reajustes a ser divulgada nos próximos dias e deve ser seguida por outras fabricantes.

“Claro que não haverá um repasse total dos custos, porque o mercado não tem condições de absorver, mas não se pode manter uma operação funcionando com prejuízo por muito tempo”, diz o presidente da GM Mercosul, Carlos Zarlenga.

Ele calcula que um automóvel com 40% de itens importados pelas montadoras e autopeças – a maioria de alta tecnologia, não produzidos no País -, teve alta de custo de 20% só com a elevação do dólar frente ao real. O impacto no preço final é de cerca de 8%.

“A indústria ainda está se recuperando da crise econômica, atua com margens baixas (na venda dos carros) e essa nova pressão não estava nos planos de ninguém”, diz o executivo.

Na Argentina, principal cliente das montadoras brasileiras, os preços dos carros subiram 24% de janeiro até agora, principalmente por causa da valorização da moeda americana.

Além da questão cambial, Zarlenga ressalta que, no Brasil, toda a indústria está sendo impactada pelas previsões de crescimento menor do PIB, de alta na inflação e nos juros e da falta de confiança dos consumidores – que aumentou após a greve dos caminhoneiros. “Isso está refletindo nas lojas e a média de vendas está menor do que esperávamos neste mês”.

O executivo reduziu de 2,7 milhões para 2,5 milhões a 2,6 milhões a projeção de vendas do mercado total brasileiro. Outra constatação é que não será possível obter resultados positivos no balanço financeiro da GM na América do Sul. O grupo registrou prejuízos em 2015 e 2016, equilíbrio em 2017 e esperava pequeno lucro neste ano.

Investimentos

Líder em vendas no País, a GM também adianta que neste mês perderá participação no mercado porque deixou de produzir nos dias da greve dos caminhoneiros e também porque a fábrica de Gravataí (RS) ficará parada por dez dias para preparar as linhas para início da produção de novos modelos. Com isso, deverá faltar produtos nas lojas. A maioria das versões do Onix, carro mais vendido no País, é feita nessa fábrica, assim como o Prisma.

A GM já afirmou que fará 20 lançamentos até 2022 e, para isso, precisará de um novo plano de investimentos que ainda não tem data para ser anunciado.

“Estamos num período de incertezas que não nos dá clareza para tomarmos decisões de longo prazo”, diz Zarlenga. Entre os entraves estão a publicação da nova política industrial do setor, o Rota 2030 (parado nas mãos do governo há seis meses), a as eleições de outubro. “Não está claro se o processo de reformas necessárias para o País crescer será retomado.”

Ford faz recall por risco de volante do Fusion desprender

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-06-2018)

A Ford está convocando proprietários de veículos Fusion, modelos de 2014 a 2018, para a substituição do parafuso de fixação do volante. Ao todo, estão envolvidas 32 mil unidades.

De acordo com o comunicado da empresa, “pode haver perda da força de fixação do parafuso que prende o volante à coluna de direção do veículo”.

Segundo a Ford, o condutor perceberá nesse caso uma oscilação vertical do volante. Se não efetuar o conserto, pode ocorrer o desprendimento do volante da coluna de direção.

Por causa disso, o motorista pode perder o controle do veículo, “aumentando o risco de acidentes com lesões físicas aos ocupantes do veículo e terceiros”.

A Ford informa que os proprietários devem entrar em contato com o centro de atendimento da empresa, pelo telefone 0800-703 -673, ou uma distribuidora para verificar se o veículo está envolvido nesta campanha e agendar o reparo, que será gratuito.

Os atendimentos começaram na sexta-feira, 8. Procurada, a Ford ainda não sabe informar quantos veículos já foram consertados.

O reparo tem duração aproximada de 20 minutos.

Os finais de chassi envolvidos são:

- Modelo de 2014, com oito últimos dígitos do chassi de ER116259 até ER383485, produzido de 2 de agosto de 2013 até 28 de junho de 2014.
- Modelo de 2015, com oito últimos dígitos do chassi de FR100046 até FR298356, produzido de 24 de abril de 2014 até 6 de abril de 2015.
- Modelo de 2016, com oito últimos dígitos do chassi de GR100433 até GR371114, produzido de 21 de março de 2015 até 4 de abril de 2016.
- Modelo de 2017, com oito últimos dígitos do chassi de HR120929 até HR371194, produzido de 12 de março de 2016 até 14 de julho de 2017.
- Modelo de 2018, com oito últimos dígitos do chassi de JR104638 até JR189324, produzido de 16 de junho de 2017 até 7 de março de 2018.

CBIC: preços do cimento e do aço subiram nos últimos dias por combustível e frete

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-06-2018)

A lista de insatisfeitos com a política de preços da Petrobras continua crescendo. Após caminhoneiros, o setor da construção civil foi ao Palácio do Planalto reclamar diretamente com o presidente Michel Temer dos reajustes frequentes pela estatal petroleira.

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC), José Carlos Martins, deu como exemplo o aumento recente de 5% no preço do cimento e de 3% no aço gerado em razão dos combustíveis mais caros. Martins alertou que a manutenção dessa política pela estatal pode gerar desemprego na construção.

Após a reunião com Temer, Martins alertou aos jornalistas que, se a política de preços da Petrobras for mantida, será preciso adotar algum ajuste para que “as construtoras sobrevivam”.

O grande problema levado a Temer é o descasamento entre custos em alta e a dificuldade contratual de repassar o aumento aos clientes. O caso mais grave ocorre nas obras do setor público.

“Como eu vou incluir no preço de um projeto um aumento de 20% ou 30% como ocorrido recentemente? O Tribunal de Contas da União (TCU) certamente vai dizer que é superfaturado”, disse, ao citar como exemplo grandes obras. No caso das pessoas físicas, construtoras podem repassar o aumento a cada ano. “Tenho que esperar 12 meses. Não há empresa que aguente”, reclamou.

“Não tem como prever algo tão maluco como essa política de preços. É preciso ter o mínimo de previsibilidade”, disse, ao reclamar do monopólio da Petrobras no setor do petróleo no Brasil. “Não se pode compreender uma empresa à mercê da concorrência”, disparou, ao pedir uma política de preços “no mínimo regulada” para os combustíveis.

Martins disse que tratou da política de preços da Petrobras e não da tabela de fretes adotada atabalhoadamente pelo governo.

O presidente da entidade reconheceu, porém, que os dois temas são relacionados e disse que a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o tabelamento do frete “pode ser uma saída” para o problema dos fretes.

Locadora ainda puxa vendas de montadoras

12/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-06-2018)

Visto como importante canal de negócios nos períodos de crise, quando o consumidor desaparece das concessionárias, as vendas diretas feitas pelas montadoras a frotistas, locadoras, produtores rurais e taxistas continuam ajudando a sustentar o mercado.

As vendas no varejo, para pessoas físicas, seguem perdendo terreno porque parte dos consumidores ainda não está confiante para investir em um bem caro e também porque a oferta de crédito segue com restrições.

Nos cinco primeiros meses do ano as vendas no varejo cresceram 13% ante igual período de 2017, enquanto as diretas aumentaram 21%. A participação no mercado total de automóveis e comerciais leves foi de 38,9%, a mais alta para o período desde 2003, quando a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve) passou a divulgar esse dado.

Tradicionalmente, as vendas especiais são feitas com elevados descontos – chegam a 30%, segundo fontes do mercado -, reduzindo assim a margem de ganho das montadoras em relação aos valores obtidos no varejo por meio de revendas.

“Mesmo assim, é um mercado interessante para as montadoras para ocupar a capacidade das fábricas pois o custo da ociosidade é muito alto”, diz o executivo de uma montadora. “É um mal necessário, e mostra que o setor ainda vive uma situação de crise”. O segmento de carros opera com ociosidade próxima a 40%, o dobro do que é considerado normal.

Com exceção de 2004, quando as vendas diretas responderam por 33,2% dos negócios, nos oito anos seguintes de crescimento do mercado a participação média foi de 25%, fatia considerada “tolerável e equilibrada” pelo presidente da Fenabreve, Alarico Assumpção.

Em 2017, quando o mercado de veículos registrou o primeiro resultado positivo depois de quatro anos seguidos de queda, a fatia das vendas diretas ficou em 40% dos 2,172 milhões de automóveis e comerciais leves vendidos. Só a Localiza, maior locadora do País, adquiriu 141 mil unidades de várias marcas.

A tendência é de continuidade de alta dessa participação, o que aproximará o Brasil dos níveis de EUA e Europa, atualmente na casa dos 50%, diz Milad Kalume Neto, da consultoria Jato Dynamics. Executivos do setor ressaltam, contudo, que nesses mercados os descontos não são tão elevados como no Brasil.

Novas modalidades

Entre as razões do crescimento no País, além da lenta recuperação do varejo, está o aumento das frotas das locadoras. Segundo Lucas Brossi, da consultoria Bain & Company, há novas modalidades de locação, como para aplicativos de transporte.

Empresas também aumentaram as frotas executivas e mais pessoas recorrem à locações em viagens, afirma Brossi. No primeiro trimestre, a Localiza aumentou em 53,3% o volume de diárias de aluguel de seus carros em relação a 2017.

Para Antonio Filosa, presidente da FCA Fiat Chrysler, outro motivo do crescimento é o fato de muitas montadoras que antes atuavam pouco neste canal agora estarem participando mais ativamente. Toyota e Hyundai são exemplos.

Em 2017 e nos primeiros cinco meses deste ano a Fiat é a empresa com maior participação nas vendas diretas, de 20,4% e 19,3%, respectivamente. Coincidentemente, é a única marca que registrou queda de vendas entre as seis maiores do setor em 2017, de 4,5%.

Neste ano, a Fiat cresceu 11% até maio, mesmo porcentual da General Motors, ambas abaixo da Volkswagen, que cresceu 34,7% e tirou da Fiat a segunda posição no ranking de vendas.

O presidente da Volkswagen, Pablo Di Si, afirma que a empresa estabeleceu com as locadoras um plano bianual com limites de vendas diretas.

“Podemos mudar o acordo se o mercado mudar, mas não vamos empurrar carros quando precisamos de share (participação no mercado).” Nas vendas diretas deste ano, 16,7% são da Volks e 16,8% da líder do mercado, a GM.

Reter talentos é desafio para fabricantes de autopeças

12/06/2018 – Fonte: Automotive Business



Diretores de RH participaram de fórum realizado por Automotive Business. A partir da esquerda, Kleber Daniel (Valeo), Sílvia Zwi (Eaton), Ana Borgonovo (Mahle Metal Leve) e Fernando Tourinho (Bosch) 6/2018 | 21h40

Empresas discutem como manter bons profissionais sem que saiam em três ou quatro anos

Fabricantes do setor de **autopeças** enfrentam a dificuldade em reter talentos em suas fábricas, como ficou claro durante o VI Fórum de RH no Setor Automobilístico, realizado por **Automotive Business** em São Paulo na segunda-feira, 11.

“Por causa do modelo de liderança, estamos perdendo profissionais após três ou quatro anos”, afirma o diretor de Recursos Humanos da Valeo, Kleber Daniel.

“Atraímos muitas pessoas, o que precisamos é saber como retê-las”, diz o executivo, que participou do painel “O Ponto de Vista das Autopeças”, coordenado por Fernando Tourinho, diretor de RH da Bosch. A partir do questionamento da plateia, Tourinho perguntou se haveria neste momento escassez de talentos.

Ana Borgonovo, diretora de RH da Mahle Metal Leve, afirma que há pessoas desqualificadas e recorda: “Às vezes o talento está dentro de casa e a gestão e o desenvolvimento interno de pessoas são bem importantes”, diz.

“É preciso quebrar o paradigma de trazer pessoas cuja origem seja somente o próprio setor automotivo. Na minha equipe estou trazendo gente de outros mercados”, afirma

Daniel. Sílvia Zwi, que dirige o RH da Eaton, revelou uma forma interessante de buscar talentos no processo de seleção:

“Eliminamos de parte do processo informações como gênero e idade da ficha do candidato como forma de surpreender o entrevistador”, diz.

COMO SE FAZ NO GOOGLE

A especialista em programas de recrutamento do Google, Larissa Armani, revela que a própria natureza da empresa em que trabalha obrigou a mudanças no processo de seleção: “Não fazia muito sentido reter candidatos em longas dinâmicas de grupo que os obrigavam a faltar em seus trabalhos”, diz.

A empresa adotou quatro sessões on-line de 45 minutos com perguntas que permitissem identificar no candidato a capacidade de resolução de problemas, a qualidade mais desejável e presente em vários perfis analisados pelo RH da empresa.

Gerdau muda diante de cenário desafiador

12/06/2018 – Fonte: Automotive Business



Raquel Cardoso, gerente de RH, apresentou principais linhas do plano de transformação cultural para a Gerdau até 2022

RH expõe plano para transformação cultural da empresa até o ano de 2022

Os anos recentes levaram o departamento de Recursos Humanos da **Gerdau** a elaborar um grande plano de transformação cultural até 2022.

“O projeto começou há quatro anos, diante de um cenário econômico desafiador, com margens de lucro cada vez menores e concorrência mais acirrada. Sentamos com o conselho para discutir o futuro da empresa”, afirma a gerente de RH da Gerdau, Raquel Cardoso, convidada do VI Fórum de RH na Indústria Automobilística, realizado por **Automotive Business** em São Paulo na segunda-feira, 11.

A questão da diversidade está focada nas mulheres por se tratar de um tema novo, segundo Raquel. Ela recorda também que a Gerdau estabeleceu algumas bases para o desenvolvimento de seu plano de transformação cultural.

Uma delas pressupõe autonomia com responsabilidade: “Se há possibilidade de erro (em uma nova ação ou projeto), que seja por um curto período ou com custo baixo”, explica Raquel. Outra base para a mudança cultural dentro da empresa exige líderes desenvolvendo líderes.

“Um líder na Gerdau precisa investir 30% de seu tempo em pessoas”, recorda Raquel. Abertura a novas ideias e práticas, simplicidade e austeridade também formam a base do projeto para até 2022.

TEMPOS MODERNOS

Segundo a gerente de Recursos Humanos, nos setores em que é possível a companhia já adota práticas como home office e jornada flexível de trabalho, neste caso com uma

hora a mais de segunda a quinta-feira e trabalho às sextas até o meio-dia.

“Mas é verdade que a maior parte das unidades tem turnos fixos porque não conseguimos tirar os operadores de dentro das fábricas, mas neste caso promovemos encontros internos com filhos, familiares e também sobre oportunidades de empreendedorismo dentro de casa.”

Capacidade de adaptação é essencial para profissionais e empresas

12/06/2018 – Fonte: Automotive Business

Françoise defende que as empresas deixem de buscar apenas a lógica e a objetividade para levar em conta também as emoções **Conclusão é de participantes do Fórum de RH na Indústria Automobilística**

Diante da transformação no mundo dos negócios, a grande aptidão que os profissionais e organizações devem desenvolver é capacidade de adaptação. A opinião é de Françoise Trapenard, diretora da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH).



Ela participou do Fórum RH na Indústria Automobilística, evento realizado por **Automotive Business** em São Paulo na segunda-feira, 11. “O contexto está mudando muito rapidamente, com volatilidade, incerteza e muita complexidade. Precisamos, acima de tudo, ter potencial para nos adaptar às diversas transformações”, avalia.

A especialista aponta que o mundo passa por momento extremamente desafiador, com três crises em curso ao mesmo tempo. A primeira, destaca, é relacionada ao modelo econômico, com dificuldade que economias enfrentam para seguir em crescimento.

O segundo desafio é ambiental, com o avanço do aquecimento global. Por fim, a terceira crise é de valores. “O grande problema é que avançamos com o mundo do trabalho focados na objetividade e na lógica e desconsideramos a importância das emoções. Não conseguiremos ir em frente e conduzir a transformação digital sem reavaliar isso.” Se a assimetria permanecer, acredita, a crise de valores só tende a aumentar.

Françoise reforça a importância de atuação das empresas estar alinhada com os desafios da humanidade.

“Enfrentamos o envelhecimento da população, a desigualdade econômica e a missão de encarar o processo de digitalização. As organizações também precisam encarar isso de frente”, diz. “É um processo longo e não-linear, que exige mudança do modelo mental. Precisamos que o humano seja o centro desta mudança, com a área de RH com responsabilidade por ajudar no desenho da trajetória, levar sonho e inspiração para a companhia”, defende.

EMPRESAS DEVEM SER ATRATIVAS E CAPAZES DE SE TRANSFORMAR

O custo para quem não encarar os desafios de frente será alto, destacou Renate Fuchs, gerente de projetos da Porsche Consulting, que também participou do evento. Estudos mostram que 40% das grandes empresas que não passarem por revolução deverão fechar as portas nos próximos anos.

“Precisamos capacitar a organização para fazer o novo: recrutar pessoas diferentes e capacitar funcionários para lidar com situações que ainda não conhecemos”, aponta Renate.

Segundo ela, muitas companhias permanecem focadas apenas na transformação das fábricas com o avanço dos robôs e da conectividade na indústria e perdem de vista que o trabalho administrativo também tem de mudar.

Com as novas ferramentas, a produtividade das funções da área administrativa deve triplicar nos próximos anos, estima. A consultora conta que as empresas mais bem vistas pelos funcionários são aquelas avaliadas como atrativas e com potencial para o futuro, “as companhias percebidas como mais capazes de fazer as transformações necessárias”, esclarece.

Quest projeta vendas de 2,9 milhões de veículos só em 2020

12/06/2018 – Fonte: Automotive Business



Rafael Nascimento aponta que, mesmo com crescimento, mercado interno segue distante do recorde do passado

Consultoria prevê retomada lenta do segmento de modelos leves

As vendas de veículos no Brasil precisarão de alguns bons anos para alcançar novamente o patamar recorde registrado em 2012, quando o mercado interno somou 3,6 milhões de leves.

Estimativa da **Quest Inteligência** aponta que, em 2020, o volume anual chegará a 2,9 milhões de unidades. “É um número interessante, mas ainda muito abaixo do pico que tivemos no passado. É um patamar equivalente ao de 2008”, avaliou Rafael Nascimento, diretor da consultoria, durante o **Fórum de RH na Indústria Automobilística**, realizado por **Automotive Business** na segunda-feira, 11.

A empresa projeta que 2018 terminará com 2,4 milhões de veículos leves emplacados, com alta de 10,5% sobre o ano passado, e 63,7 mil caminhões – evolução de 22,5%. Para 2019 a estimativa é de continuidade do crescimento, com uma nova expansão de 10,5% para 2,6 milhões de leves.

“Esta previsão pode subir caso tenhamos um aumento do nível de emprego, redução das taxas de juros e melhora do cenário macroeconômico”, diz. Ele alerta, no entanto, que o aprofundamento de incertezas políticas e a piora da conjuntura econômica podem ter impacto negativo nas estimativas traçadas pela Quest.

Seminário Bilateral de Comércio Exterior e Investimento Paraguai - Paraná

12/06/2018 – Fonte: FIEP



O Sistema Fiep juntamente com a Câmara de Comércio Paraguai Brasil e instituições parceiras promovem o **Seminário Bilateral de Comércio Exterior e Investimento Paraguai - Paraná**, que será realizado no dia **26 de junho**. Esta iniciativa tem como objetivo aproximar os empresários paraguaios e paranaenses e somar os esforços de integração comercial entre o Estado do Paraná e Paraguai, gerando novas oportunidades de negócios.

Data: 26/06

Horário: 08h30 às 16h00

Local: Campus da Indústria do Sistema Fiep – Sala de convenções - Av. Comendador Franco, 1341

[Inscreva-se →](#)

Programação

08h10 – Credenciamento

08h30 – Abertura: Fiep, Embaixada Brasil – Paraguai, Ministério da Indústria no Paraguai e Câmara de Comércio Paraguai - Brasil

08h45 – Paraguai – país de oportunidades para empresas brasileiras - Carlos Paredes, diretor de Investimentos Redlex

09h05 – Perfil econômico e Industrial do Paraná – Reinaldo Tockus, gerente executivo de assuntos internacionais

09h25 – Comércio Internacional: relação Paraná – Paraguai - Lúcia Felipe Schmidt, chefe do setor comercial Embaixada do Brasil no Paraguai

09h45 – Apresentação Câmara de Comércio Paraguai – Brasil. Lançamento EXPO Paraguai Brasil 2018 – Julio Dantas, vice presidente Câmara de Comércio Paraguai Brasil

10h30 – Coffee break

11h00 às 16h00 - Encontros de Negócios

